



Joana Isabel Martins Monteiro

Adopção: espera, integração e adaptação familiar
Perspectiva de pais e filhos Um estudo exploratório

Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia

2009



Joana Isabel Martins Monteiro

Adopção: espera, integração e adaptação familiar
Perspectiva de pais e filhos
Um estudo exploratório

Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia

2009

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**A Adopção: Espera, integração e adaptação familiar
Perspectiva de Pais e Filhos**

Um estudo exploratório

Joana Isabel Martins Monteiro

Outubro de 2009

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado em Psicologia, Ramo de Psicologia Clínica e da Saúde, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora Maria Adelina Acciaioli Barbosa Ducharme (F.P.C.E.U.P.).

RESUMO

O processo de adopção é marcado por uma serie de etapas que se caracterizam por vivências específicas, evocando necessidades diferentes e desencadeando pensamentos, comportamentos e emoções distintas junto dos diferentes intervenientes, pais e crianças.

O objectivo do presente estudo consistiu em analisar a vivência familiar em várias fases do processo de adopção segundo a perspectiva de pais e filhos, nomeadamente o tempo de espera, a notícia de adopção, a vivência da transição, a fase de integração que englobou o primeiro ano de vida da criança na família, e por último, o estado de adaptação actual.

Participaram neste estudo 52 famílias que tinham adoptado um total de 67 crianças, com idades compreendidas entre os 5 e 15 anos, ($M=9,3$ anos; $D-P=2,53$). A idade dos pais entrevistados variou entre os 35 e 59 anos, sendo 44,63 a idade média ($D-P= 5,08$). Quanto à escolaridade dos mesmos, a média é de 12,51 anos de estudo ($D-P=4,13$) variando entre 4 e 18 anos. Os instrumentos utilizados para a recolha de dados foram a ECAA (Entrevista a Crianças e Adolescentes sobre a Adopção) e a EPA-Portuguesa (Entrevista sobre o Processo de Adopção).

Os resultados revelam que este processo é vivenciado de uma forma diferente pelas várias famílias, não é igual para todas as crianças nem para todos os pais. Porém, de uma forma geral podemos afirmar que ao tempo de espera foram associados sentimentos negativos. Quanto à notícia de adopção denotou-se alguma falta de preparação das crianças. A transição que teve uma duração média de 3 dias é uma fase emocionalmente muito intensa que fica memorizada quer para os pais quer para as crianças. A integração ocorreu muito positivamente sem acontecimentos negativos relevantes, sendo que todos os problemas ou dificuldades evoluíram muito ao longo deste primeiro ano. Actualmente, a grande maioria das crianças está bem adaptada, vê aqueles pais como seus para sempre e dizem-se felizes. Para os pais, a vivência da adopção foi uma experiência positiva e estão felizes ou muito felizes com a sua situação familiar. Através de uma análise de regressão múltipla foram identificados como preditores da percepção que os pais têm do estado actual da criança, a percepção dos pais da evolução feita pela criança, a atribuição que fazem aos antecedentes genéticos e a atribuição que fazem às experiências vividas na família adoptiva.

Deste estudo resultou também a identificação de necessidades específicas que evidenciam a vantagem de pais e crianças beneficiarem de intervenção direccionada para a constituição da família adoptiva, nomeadamente a acesso a programas de formação parental. De salientar ainda a reivindicação expressa por grande parte dos pais da existência de Serviços de Pós-adopção.

Palavras-chave: Adopção, tempo de espera, a notícia de adopção, transição, integração e adaptação actual

ABSTRACT

The adoption process passes through a series of stages that are characterized by specific experiences, recalling different needs and evoking different thoughts, behaviours and feelings among the diverse actors, parents and children.

The aim of this study consisted of analyzing the family experiences along the different stages of the adoption process taking into account the perspective of parents and children, namely the waiting time, the news of adoption, the transition to the family, the integration phase that comprises the first year within the family, and the degree of actual adaptation.

Data was gathered in Vila Real and Oporto within 52 families where 67 children were adopted, with ages between 5 and 15 years old. So the average age was 9,3 years (D-P=2,53). The parents' age varied between 35 and 59 years old, so the average age was of 44,63 (D-P=5,08). As far as the scholarship is concerned, the average is of 12,51 school years, varying between 4 and 18. The Portuguese EPA (*Entrevista sobre o Processo de Adopção*) and the ECAA (*Entrevista a Crianças e Adolesecntes sobre Adopção*) Interviews were conducted with parents and children, respectively.

Results show that the adoption process is experienced differently by all the families; it is different for all the children and for all the parents. However, in a general way we can say that while waiting negative feelings aroused. When the news about the adoption was given children were not well prepared for it. The transition that lasted three days in average was highly emotional and both parents and children will never forget it. The integration process was very positive without any relevant negative aspects, and all the problems had a good development throughout this first year. Nowadays, most of the children are well adapted looking at their parents as theirs forever and say they are happy. For parents the experience of adoption was very positive and feel happy or very happy with their family situation. Through a multiple regression analysis were identified as predictors of the parents' perception of the child actual adaptation, the parents' perception of the child's evolution, the value they give to the genetic antecedents and the experiences undertaken within the family of adoption.

This study also point to the identification of specific needs that show the advantage of parents and children that benefited from preparation for the adoption family, namely the access to programs of parent training. Post-adoption services were also requested by parents as essential for adoption families' adjustment.

Key-words: Adoption, waiting time, the news of adoption, transition, integration, adaptation

RÉSUMÉ

Le processus de l'adoption est marqué par une série d'étapes qui se caractérisent par des expériences spécifiques qui évoquent des nécessités différentes et qui déclenchent des pensées, des comportements et des émotions distincts auprès des divers intervenants, parents et enfants.

L'objectif de cette étude est l'analyse du vécu familial lors de diverses phases du procédé d'adoption au regard de la perspective de parents et enfants, notamment le temps d'attente, la nouvelle de l'adoption, le vécu de la transition, la phase de l'intégration qui comprend la première année de vie de l'enfant au sein de la famille et, enfin, l'adaptation actuelle.

Ont participé à cette étude 52 familles ayant adopté un total de 67 enfants âgés de 5 à 15 ans, ($M = 9,3$ ans $D-P = 2,53$). Les parents participants avaient en moyenne 44,63 ans ($D-P = 5,08$). Concernant la scolarité de ceux-ci, la moyenne est de 12,41 années d'études ($D-P = 4,13$) variant entre 4 et 18 années. Les instruments utilisés auprès des familles ont été l'ECAA (*Entrevista a Crianças e Adolescentes sobre Adopção*) et l'EPA-portugaise (*Entrevista sobre o Processo de Adopção*).

Les résultats révèlent que ce processus est vécu d'une manière différente par les diverses familles, qu'il n'est pas identique pour tous les enfants et pas davantage pour les parents. Cependant, d'une manière générale, au temps d'attente sont associés des sentiments négatifs ; quant à la nouvelle de l'adoption il a été observé un certain manque de préparation des enfants ; la transition, dont la durée moyenne a été de 3 jours, est une phase émotionnellement très intense qui demeure mémorisée tant par les parents que par les enfants ; l'intégration s'est déroulée de manière très positive, sans événements négatifs significatifs, et tous les problèmes ou difficultés ont considérablement évolués au long de cette première année. Actuellement, la grande majorité des enfants sont bien intégrés, voient les parents comme les leurs propres pour toujours et disent heureux. Pour les parents, le vécu de l'adoption a été une expérience positive et sont heureux voire très heureux de leur situation familiale. Par le biais d'une analyse de régression multiple ont été identifiés comme déterminants de la perception des parents de l'état actuel de l'enfant, la perception des parents de l'évolution effectuée par l'enfant, l'influence qu'ils attribuent aux antécédents génétiques et aux expériences vécues au sein de la famille adoptive.

De cette étude, il en est également ressorti l'identification de nécessités spécifiques qui mettent en évidence l'avantage que représente pour les parents et les enfants de bénéficier de l'intervention destinée à la constitution de la famille adoptive, notamment à l'accès à des programmes de formation parentale. A relever encore la revendication expresse par une grande partie des parents à l'existence de Services de Post-adoption.

Mots-clefs: Adoption, temps d'attente, nouvelle de l'adoption, transition, intégration et adaptation actuelle.

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Adelina Barbosa, pelo acompanhamento e transmissão de conhecimentos científicos e apoio prestado ao longo destes dois anos, sem a mesma esta investigação não seria viável. Um obrigado sincero principalmente por todos os momentos em que com um sorriso e método de trabalho me orientou, conseguindo-se levar a investigação a bom porto.

A todos os pais e crianças entrevistados que com os seus relatos permitiram a recolha de dados, é de louvar a partilha de vivências tão íntimas com investigadoras que nada lhes tinham para oferecer, além da promessa de os seus dados permitirem contribuir para uma investigação científica sobre a adopção. Um agradecimento muito sincero por nos terem aberto a porta de suas casas e corações.

À minha família, namorado e amigos, aos quais não tenho dedicado muito do meu tempo, pelo apoio incondicional, desabafos, motivação e carinho prestados ao longo de toda esta “viagem” e de toda a minha vida, pois sem os mesmos ao meu redor não conseguiria ser a pessoa que sou e lutar pelos meus sonhos e objectivos a alcançar pessoal e profissionalmente.

Às minhas colegas de Mestrado com quem pude partilhar de mais perto as angústias, ansiedades, receios e felicidades inerentes a este projecto de investigação, recebendo sempre uma palavra amiga, incentivo e motivação.

À minha irmã e a todas as crianças do mundo pela sua existência, pois são a minha verdadeira fonte de inspiração e motivação.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I – Enquadramento teórico	4
1. Adopção e processo de adopção	5
2. O tempo de espera	6
3. A notícia de adopção	9
4. A transição	10
5. O período de integração (1º ano)	10
6. A adaptação actual	18
Capítulo II – Estudo exploratório	20
1. Questões de investigação	21
2. Metodologia	22
2.1. Participantes	22
2.2. Instrumentos	23
2.3. Procedimentos	23
3. Apresentação e discussão dos resultados	25
3.1. O tempo de espera	25
3.2. A notícia de adopção	27
3.3. A transição	29
3.4. A integração	33
3.5. Adaptação actual	39
4. Conclusões	47
Bibliografia	52

Índice de Quadros

1. Distribuição dos participantes segundo o género e nível de ensino.	22
2. Informação dada aos pais no momento da proposta.	28
3. Descrição dos pais do 1º momento em que viram a criança.	30
4. Descrição das crianças do 1º momento em que viram os pais.	31
5. Actividades realizadas no 1º dia.	32
6. Descrições das crianças sobre o quarto.	33
7. Como e quando as crianças chamaram pai e mãe.	34
8. Elementos que ajudaram na integração das crianças (perspectiva da criança).	34
9. Tipo de mudanças após um ano de vivência em família.	37
10. Como e quando percebeste que estes seriam os teus pais para sempre.	40
11. O que influencia e quanto o comportamento actual da criança segundo a percepção dos pais.	42
12. Correlação entre o estado actual da criança e variáveis relativas á percepção dos pais da influência sobre o comportamento da criança.	42
13. Regressão múltipla para predição da variável dependente estado actual da criança.	46

Índice de Gráficos

1. Medos e preocupações durante o tempo de espera.	25
2. Percepção que os pais têm do grau de completude da informação.	29
3. Mudanças com a chegada da criança.	38
4. Comparação entre os filhos adoptivos e os filhos biológicos.	43

INTRODUÇÃO

A adopção tem inerente a si, uma expressão caracterizadora da sua existência em consonância com a opinião dos variadíssimos autores que escreveram sobre esta temática: “a adopção sempre existiu”. Pode-se dizer que a mesma aconteceu e acontece em todos os tempos, lugares, culturas e mesmo em outras espécies como nos animais mamíferos e aves (Brodzinsky, 1987; Palacios, 2009; Salvaterra & Veríssimo, 2008).

Em termos históricos, é possível referir que a adopção remonta a tempos deveras antigos, uma vez que as primeiras leis escritas de que se tem conhecimento datam de 1700 A.C., Código Babilónio de Hammurabi (Domingo, 2004; Mascarenhas & Alarcão, 2002; Palacios, 2009).

No entanto, esta forma de família foi sendo alvo de diversas mudanças que estão por sua vez, subjacentes às próprias alterações da sociedade, da organização da família e da forma de encarar os interesses das crianças, pelo que, a adopção é agora um fenómeno cada vez mais evidente e com uma crescente aceitação social (Brodzinsky & Schechter, 1990; Brodzinsky, Schechter, Braff, & Singer, 1984; Domingo, 2004, 2006, 2008; Limiñana & Bueno, 2001; Molina, 2002; Montané, 1996; Palacios, 2009; Palacios, Sánchez-Sandoval, & Espinosa, 1996; Palacios, León, Sánchez-Sandoval, Amorós, Fuentes, & Fuertes, 2006; Potes, Bandola, Real, & Ferreira., 2006, Sá & Cunha, 1996). Pode-se mesmo afirmar que de forma directa ou indirecta grande parte da população já abordou esta temática/realidade; é cada vez mais comum conhecer ou ouvir falar de alguém que adoptou, foi adoptado ou deseja adoptar (Krusiewicz & Wood, 2001). Soler (2007) refere mesmo que se está perante um “boom” de adopções uma vez que estas aumentaram um pouco por todo o mundo, tornando-se numa medida muito em voga.

No caso específico de Portugal, a adopção foi regulada nas Ordenações Afonsinas e Manuelinas com o objectivo de conceder à criança adoptada o estatuto de herdeiro. No entanto o Código Civil de 1867 (Código de Seabra) não contemplava o instituto da adopção. Assim, a adopção só seria introduzida verdadeiramente no nosso regime jurídico através do Código Civil de 1966, e, posteriormente de uma forma ainda mais assumida, na reforma de 1977. Todavia, a adopção começou por ser um processo com muitas limitações tais como, ambos os adoptantes tinham de ter uma idade superior a 35 anos, era-lhes exigido que fossem casados há pelo menos 10 anos, não podiam ter descendentes legítimos, a criança adoptável era essencialmente a criança sujeita a abandono físico, e, só com a segunda reforma seria considerado igualmente prejudicial o abandono afectivo (Mascarenhas & Alarcão, 2002; Sá & Cunha, 1996; Salvaterra & Veríssimo, 2008).

Na actualidade, a adopção pode ser encarada como uma forma de protecção das crianças, produzindo entre o adoptante e o adoptado um vínculo de filiação ao mesmo tempo que os vínculos jurídicos entre o adoptado e a sua família de origem desapareceram;

é assim proporcionado à criança uma família alternativa à família biológica onde se poderá desenvolver de uma forma saudável e adequada (Barbero, 2008; Brodzinsky & Schechter, 1990; Campos & Costa, 2004; DGSS, 2004; Domingo, 2004; Fernández, 2004; Ferreira, Pires, & Salvaterra, 2004; González, et al., 2001; Mascarenhas & Alarcão, 2002; Palacios, 2009; Palacios et al., 2006; Parrondo-Creste, 2007). Pode ser inclusive atribuída à adopção um efeito reparador, contribuindo para o desejável desenvolvimento da criança (Böttger, 2007; Sá & Cunha, 1996).

No entanto, se olharmos a adopção à luz de épocas passadas, não eram os interesses da criança a prioridade mas sim os dos adultos, sendo que era uma criança escolhida que iria preencher os desejos daqueles que supostamente seriam os seus futuros pais, esses desejos poderiam passar por exemplo, pelo ter um herdeiro directo. O bem-estar das crianças não era de todo uma preocupação. A família criada pelo processo de adopção era também encarada pela sociedade como uma “família inferior” (Böttger, 2007; Brodzinsky, 1987; Domingo, 2004; Leon, 2002; Mascarenhas & Alarcão, 2002; Montané, 1996; Waggenspack, 1998; Wegar, 1995).

Presentemente a adopção é percepcionada como o vínculo jurídico e afectivo que promove o direito de pertença de uma criança a uma família e que terá de ter sempre por base o superior interesse da criança. Representa uma das melhores alternativas, frente à institucionalização, para muitas crianças que não têm a possibilidade de viver junto das famílias biológicas (Domingo, 2006; González et al., 2001; Kadushin, 1974, Mech, 1973, *cit in* Brodzinsky, Singer & Braff, 1984; Juffer & IJzendoorn, 2007). Pode também ser encarada como uma poderosa intervenção, quando as necessidades dos menores não são minimamente satisfeitas, tendo assim um início de vida em circunstâncias marcadas pela adversidade (Grotevant, 2008; Manata, 2008; Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005).

Esta medida, considerada por muitos de controversa, quer pela sua radicalidade, extremidade e carácter irrevogável, tem provado na maioria dos casos, ser uma das melhores alternativas para os menores que por algum motivo se encontram impossibilitados de permanecer junto dos seus familiares biológicos estando sobre a tutela e protecção das Instituições Públicas, contribuindo desta forma para o aumento dos processos de adopção um pouco por todo o mundo (Barbero, 2008; Campos & Costa, 2004; D’Andrea, 2009; Domingo, 2006; Limiñana, & Bueno, 2001; Palacios, 2009; Palacios et al., 1996; Palacios et. al., 2006). Este aumento é de uma magnitude e visibilidade tão grande que, de acordo com a estimacão de Palacios & Brodzinsky (2005) e Palacios (2009), por ano nos países ocidentais são adoptadas entre 120.000 a 150.000 crianças.

Uma realidade em alteracão é o próprio perfil das crianças disponíveis para adopção. Classicamente, eram numerosos os recém-nascidos abandonados por falta de condições da parte dos pais para os criar, ou por vergonha por parte das mães quando estas eram solteiras. Assim, deixados por vezes na chamada “roda dos enjeitados/expostos...”. Hoje em

dia, as crianças vêm para adopção em idades mais tardias, carregando já na sua bagagem uma história de vida muitas vezes adversa, com capítulos de abandono e negligência aos vários níveis. Pela força das circunstâncias, são grande maioria das vezes, retiradas às famílias pelas autoridades judiciais trazendo em suas vivências e memórias acontecimentos menos agradáveis e desvantajosos para o desenvolvimento favorável de uma criança (D'Andrea, 2009; Domingo, 2004; González, et al., 2001; Limiñana & Bueno, 2001; Mascarenhas & Alarcão, 2002; Montané, 1996; Palacios et al., 1996, 2006; Parrondo-Creste, 2007; Salvaterra & Veríssimo, 2008; Stolley, 1993). E, é esta bagagem de vivências que a criança trás consigo, um dos grandes, se não mesmo o maior, desafio para os pais adoptivos e que constitui essencial diferença entre a parentalidade adoptiva e a parentalidade nas famílias formadas por laços biológicos.

Por todo o conjunto de especificidades, particularidades e, acima de tudo, pela importância que a adopção vem assumindo na vida de variadíssimas pessoas, considerou-se que seria de todo pertinente conhecer com maior rigor e proximidade como são as famílias adoptivas portuguesas e como as mesmas vivenciam o processo de adopção.

Foi neste contexto que a presente investigação surgiu, trata-se de um estudo de carácter exploratório, através do qual se tentou responder a algumas questões sobre o modo como é vivido o processo de adopção em Portugal. Para tal, foi posta em prática uma investigação mais abrangente através da qual se tentava perceber o que os pais adoptivos portugueses e as crianças adoptadas destes mesmos pais tinham a dizer sobre a adopção e as temáticas subjacentes, desde a motivação para adoptar, o processo de adopção, a vivência do tempo de espera, as fases de transição, integração e adaptação da criança, os comportamentos, ideias e práticas parentais bem como o modo como lidam com tarefas específicas da parentalidade adoptiva como a revelação e comunicação sobre o passado da criança e a sua condição de adoptado. Neste âmbito o presente estudo debruça-se sobre a vivência do processo de adopção, na perspectiva dos Pais e dos Filhos, desde a espera, à notícia da adopção, à integração e adaptação familiar.

A presente dissertação está estruturada em dois grandes capítulos: enquadramento teórico e estudo exploratório. No enquadramento teórico será apresentada uma contextualização do processo de adopção, que incide na vivência da espera, da notícia de adopção tanto para os pais como para as crianças, a transição, o período de integração (primeiro ano da criança na família), e, por último, o estado de adaptação actual das famílias. Todas as temáticas serão abordadas tendo por base os vários autores que reflectiram sobre as mesmas, a nível nacional e internacional. No estudo exploratório serão apresentadas as questões de investigação que orientaram esta pesquisa, seguindo-se a apresentação da metodologia e dos resultados obtidos, bem como da discussão e conclusões a que os mesmos permitiram chegar, reflectindo-se sobre implicações para a prática profissional na adopção.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo será apresentado o enquadramento teórico do estudo. Iniciando-se com a descrição das diferentes fases do processo de adopção, são abordadas as temáticas específicas a cada uma das etapas que o integra, nomeadamente, o tempo de espera, a notícia de adopção, a transição, o período de integração (primeiro ano da criança na família) e, por último, o estado de adaptação actual da criança e família.

1. Adopção e processo de adopção

A adopção pode surgir na vida de uma pessoa singular ou casal por variadíssimos motivos. No caso de uma vida em casal, por norma a iniciativa parte das esposas mas é bem recebida pelos maridos (Domingo, 2008). Contudo, a infertilidade ou mais propriamente a impossibilidade de concretizar a filiação biológica e o desejo subsequente de querer exercer a parentalidade, são apontados como a motivação principal para a adopção (D'Andrea, 2009; Domingo, 2008; Gombau, Serra, Bargadá, Gastaminza & Tomás, 2007; Levy-Shiff, Goldshmidt, Har-Even, 1991; Mascarenhas & Alarcão, 2002; Palacios, 2009; Palacios et al., 1996; Prater & King, 1988; Sá & Cunha, 1996; Salvaterra & Veríssimo, 2008; Soler, 2007). Outras motivações poderão passar pelo gostar de crianças e o querer ajudá-las – altruísmo, porém também podem pretender com a adopção preencher a falta de um filho outrora perdido, uma gravidez mal sucedida, um segundo casamento e idade tardia para a realização da parentalidade e até mesmo pelo desejo de ter um herdeiro que dê seguimento ao património da família (Chemin, 1974 *cit in* Domingo, 2006; Domingo, 2008; Gombau, et al., 2007; Prater & King, 1988; Sá & Cunha, 1996).

Para concretizar este desejo, os futuros pais terão de se dirigir ao Centro Distrital de Segurança Social da sua zona de residência e proceder à candidatura. Num primeiro momento, deparam-se com a entrevista informativa, na qual serão informados acerca da realidade da adopção, dos seus objectivos, procedimentos e desenvolvimento do respectivo processo, dos requisitos e condições legais a cumprir, para além de lhes serem entregues os formulários e a lista de documentos necessários à formalização da candidatura. Os candidatos são ainda informados que todos os dados recolhidos, quer através dos formulários, e/ou das entrevistas realizadas ao longo do processo de avaliação, serão alvo de registo informático nos ficheiros da Segurança Social. A Técnica responsável por este momento informa ainda os procedimentos face a uma possível rejeição da candidatura por parte da equipa, isto é, os candidatos dispõem de 30 dias para recorrerem da decisão junto do Tribunal (DGSS, 2004).

Após a entrega da documentação e questionários nos serviços, a Equipa de Adopção, procedo ao registo da candidatura, data a partir da qual dispõe de 6 meses para proceder ao estudo e avaliação da mesma.

A fase de avaliação/estudo da candidatura é compreendida por uma avaliação social e psicológica, e se a candidatura for de casal, ambos os elementos deverão estar presentes.

A avaliação social, que deverá ser realizada por um técnico com formação em serviço social, deve englobar uma entrevista social e domiciliária. As temáticas abordadas são a história, funcionamento e composição familiar, as características do sistema familiar, o apoio social, o projecto de adopção, o perfil da criança desejada, as expectativas sobre a adopção/compreensão do papel de adoptantes e, habitação e meio social. Posteriormente, é realizada a avaliação psicológica, esta deve ser realizada por um técnico com formação em psicologia. Os indicadores de avaliação estão inerentes: à motivação do pedido de adopção, à história, funcionamento e composição familiar, às características do sistema familiar, à capacidade parental e, às expectativas sobre a adopção e compreensão do seu papel de adoptantes. Posteriormente, a equipa responsável reúne e procede à elaboração do parecer global acerca dos candidatos. Caso sejam seleccionados são então registados na base de dados da adopção (BDA) com indicação do estado em como se encontram a aguardar criança, dando início ao seu tempo de espera (DGSS, 2004).

A avaliação dos candidatos deve ter como principal objectivo “...*determinar em que medida os candidatos à adopção dispõem das capacidades que se consideram necessárias para responder às necessidades infantis*”. (Palacios, 2007b, p. 19).

Esta fase de avaliação corresponde à etapa inicial do processo de adopção, que tem inerente a si, tal como as restantes fases, características e exigências específicas. Do processo de adopção fazem também parte o tempo de espera, a notícia de adopção, a transição, a integração e a adaptação, momentos que serão aprofundados seguidamente.

2. O tempo de espera

Após o momento de avaliação, tal como foi referido anteriormente, os candidatos seleccionados são registados na BDA e começam o “seu” tempo de espera que culminará com a chegada da criança (Berástegui, 2008; DGSS, 2004; Sandelowski, Harris & Holditch-Davis, 2007). Este, poderá variar muito, uma vez que está em grande parte determinado pelas características que os candidatos assinalam como as pretendidas para o(s) seu(s) futuro(s) filho(s). Praticamente a totalidade dos candidatos deseja uma criança bebé, sendo excepção os que aceitam crianças como idade máxima os 6 anos, da mesma raça e etnia, e sem problemas de saúde relevantes e ou deficiências, quanto ao sexo normalmente são indiferentes (Domingo, 2008; Sá & Cunha, 1996; Salvaterra & Veríssimo, 2008). No fundo, desejam o mesmo que desejariam se de uma parentalidade biológica se tratasse (Sá & Cunha, 1996). Por norma os serviços tentam respeitar ao máximo estes desejos pelo que no momento da proposta da criança as características são idênticas às desejadas (Salvaterra & Veríssimo, 2008).

Pelo facto de não existir uma relação proporcional entre o número de candidatos e de crianças, sendo o número de candidatos muito superior ao número de crianças disponíveis para a adopção, e de as pretensões dos candidatos serem pouco convergentes

com o perfil das crianças disponíveis para adopção, a tendência será de os candidatos terem de esperar, por vezes vários anos.

Embora existam muitas crianças institucionalizadas no nosso país, aproximadamente 15646, segundo o Relatório de Caracterização da Situação de Crianças e Jovens em situação de acolhimento em 2004, só um número reduzido de situações é encaminhado para adopção (Salvaterra & Veríssimo, 2008).

A principal característica deste tempo de espera, prende-se com a sua indefinição e imprevisibilidade, os candidatos sabem quando se inicia, mas não sabem quando termina. É um tempo de incerteza, vazio e injusto, transformando-se numa fonte de ansiedade, angústia, insegurança, intranquilidade, nervosismo e *stress* para a maioria dos candidatos (Berástegui, 2008; CRSS Norte/SSR Porto, 2000 Domingo, 2008; Ferreira et al., 2004; Mascarenhas & Alarcão, 2002; Salvaterra & Veríssimo, 2008; Sandelowski et al., 2007). A vantagem é de que os futuros pais vão internalizando nas suas estruturas mentais este novo papel da parentalidade (Sandelowski et al., 2007). Em Portugal estima-se que os candidatos esperem em média 3 anos pela chegada da criança (Mascarenhas & Alarcão, 2002). No estudo de Ferreira, et al., (2004), a variação foi entre os dois e os cinco anos e, no de Salvaterra & Veríssimo (2008), a variação ocorreu entre um e cinco anos.

É um tempo que se assume como de grande relevância ao longo do processo de adopção, podendo mesmo afectar o bem-estar e a configuração da futura família. Por outro lado, também se pode assumir como um factor protector, no entanto, tem sido algo menosprezado pelos estudos sobre a adopção (Berástegui, 2008). Segundo os autores Singer, Brodzinsky & Ramsay (1985), este tempo de espera também poderá ter um efeito controverso e dificultar uma vinculação segura da criança adoptiva.

Face às dificuldades citadas, os candidatos vão adoptar as estratégias que lhes parecem as mais indicadas no seu caso em particular. Existem casais que optam por se dedicarem mais às questões profissionais, outros contactam com os Serviços de Adopção na procura de nova informação e para reforçar o “não se sentirem esquecidos”, outros ainda, procuram ajuda profissional. A maioria opta por procurar apoio social de forma informal, junto de familiares, amigos, conhecidos e, até mesmo a aproximação de outras crianças da rede familiar e social (Berástegui, 2008; Ferreira et al., 2004).

Esta fase leva muitas vezes os candidatos a ficarem insatisfeitos com o processo de adopção, desejando que o mesmo se processasse de uma forma menos morosa. Alguns autores apontam uma correlação positiva sendo que quanto maior é o tempo de espera maior é a insatisfação dos pais adoptivos, embora de uma forma geral os pais se sintam satisfeitos (Berástegui, 2008; Berry, Barth & Needell, 1996, *cit in* O'Brien & Zamostny, 2003; McDonald, Propp & Murphy, 2001; Palacios et al., 1996; Prater & King, 1988).

Já que esta etapa tem mesmo de acontecer, deveria ser rentabilizada e utilizada para melhorar a vivência do processo e as expectativas familiares, já que são ambos

factores que podem influenciar e contribuir para uma melhor ou pior adaptação familiar. Existem muitas famílias que consideram que a informação e o acompanhamento pelos Serviços neste período é insuficiente, daí se sugere que deveria acontecer um seguimento melhor e mais próximo para ajudar nesta vivência (Berástegui, 2008).

Como podemos constatar através dos estudos citados, embora os pais acabem por não avaliar como completamente negativo este tempo, possivelmente porque depois “mais dia, menos dia a criança chega”, para as crianças pode não ser assim. O seu efeito pode ser bem mais devastador e consequente. Muitas crianças estão anos à espera numa etapa fulcral para o seu desenvolvimento futuro.

O factor tempo é um elemento vital para o desenvolvimento da criança, as autoridades/técnicos deveriam actuar com a maior brevidade, limitando quanto possível a duração das situações de espera das crianças (CIRPNA, 1999). A esta espera está por vezes associada a supremacia que os próprios Juízes/ leis atribuem ao biológico, existe uma condescendência muitas vezes demasiada para com a mãe biológica, são dadas inúmeras oportunidades que na realidade se transformam em anos que muito dificilmente a criança poderá recuperar (Böttger, 2007).

A questão mais grave é, o que fazer quando o “*timing*” se esgota. Existem crianças que estiveram em instituição desde os 2 e 3 anos e agora têm 8 e 9 anos e já não têm pais que os desejem porque estiveram 5/6 anos à espera que os pais biológicos se recuperassem e tal não aconteceu. Neste quadro, parece que as crianças são sentenciadas a uma dupla condenação, a não terem condições de viver junto da família biológica que seria o esperado, e consequentemente o mais grave que é, o não terem a oportunidade de ter uma outra família que as ame. Tal como é referido em CIRPNA (1999): a família é um contexto privilegiado de desenvolvimento da criança, logo deve-se oferecer o mais prontamente possível, uma família quando a biológica não cumpre o que deveria cumprir.

Todas as crianças nascem com a promessa de que os adultos, seus pais, tomarão conta de si. Mas, em algumas situações a promessa não se mantém, em consequência, as crianças sentem-se enganadas e atraçadas pelos adultos (D’Andrea, 2009). Estas crianças perdem o estatuto afectivo e social de filhos para entrar numa dimensão temporal de espera (D’Andrea, 2000 *cit in* D’Andrea, 2009). Em causa está a perda de um direito, pois como é referido anteriormente, todas as crianças têm o direito a crescer numa família que a ame, respeite e ajude (Bento, 2008; Gombau, et al., 2007; Salvaterra & Veríssimo, 2008). São crianças cujos pais falharam no fornecimento de um nível de cuidados mínimos (Salvaterra e Veríssimo, 2008).

Apesar de os técnicos tentarem diminuir ao máximo e fazer desta espera, o menos dolorosa possível, a criança estará sempre sem o seu estatuto de filho. Como afirma D’Andrea (2009), os lugares onde as crianças permanecem a aguardar, podem-se transformar em lugares sem tempo e sem crescimento, já que o verdadeiro crescimento é

aquele que é vivido dentro de uma relação estável e significativa, com figuras de referência disponíveis quando sentem necessidade.

As crianças a quem tal acontece, enfrentam uma experiência de abandono e rejeição dos seus progenitores, o que constitui a agressão máxima que pode sofrer um ser desprotegido que necessita dos adultos para sobreviver até larga idade (Hurtado, 2006; Parrondo-Creste, 2007). Uma institucionalização prolongada vai por consequência fazer com que a criança não tenha um modelo de família e de vinculação afectiva (Fernández & Fuentes, 2001), o que irá com certeza dificultar uma futura vinculação a outro quadro familiar.

3. A notícia de adopção

Embora o tempo de espera possa ser demasiado, o passo seguinte para a parentalidade é muitas vezes considerado abrupto e sem espaço para os futuros pais se organizarem, há um contacto dos serviços e agendada uma reunião nessa mesma semana. Nesse momento, a equipa para além de confirmar que os desejos, condições e circunstâncias de vida dos candidatos se mantêm faz a proposta da criança (DGSS, 2004).

São dadas algumas informações sobre a criança, mais ou menos, variando com os serviços e com a vontade dos candidatos em ter ou não mais ou menos informação sobre a criança. Segundo alguns estudos, a informação fornecida sobre o passado e família biológica, nem sempre é em quantidade suficiente, sendo considerada básica (Soler, 2007). Alguns pais alegaram inclusive, ter recebido informação inadequada sobre a história da criança e da severidade dos seus problemas, dizendo mesmo que a criança não era o que estavam à espera (Rosas-Mundaca, Gallardo-Rayó & Diaz-Angulo, 2000). No estudo de Molina (2002), a informação que os pais recebem sobre as crianças propostas foram para 36% pouca, para 62% foi considerada alguma informação e apenas para 2% foi considerada completa. Um outro estudo que abordou esta questão foi o de Palacios et al., (1996), no qual as famílias manifestaram claramente a sua insatisfação com a informação recebida por parte das equipas técnicas embora esse descontentamento fosse variando de acordo com a temática. Sobre as características psicológicas 89% disse que a informação foi insuficiente, sobre os antecedentes físicos e de saúde os insatisfeitos diminuíram para 49%.

No entanto, também existem pais que desejam mesmo saber o mínimo indispensável sobre a família biológica da criança “...a *informação mínima que temos sobre os nossos filhos é suficiente*” (Domingo, 2008, p. 222). As equipas têm de ter sempre em consideração a informação que os pais desejam receber, o que não implica que não devam reunir o máximo de conhecimento acerca da criança, pois que, pelo contrário, quanto mais souberem melhor entenderão a criança e os seus comportamentos.

Após a apresentação da criança os candidatos são convidados a dar uma resposta, eventualmente dois ou três dias depois. No caso de ser positiva, num curto espaço de

tempo (aproximadamente 1 semana) vêem a criança e inicia-se o tempo de transição (Levy-Shiff, et al., 1991; Ferreira et al., 2004).

4. A transição

O tempo de transição é uma das variáveis exploradas no estudo. É objectivo tentar perceber como acontece no tempo e o que o influencia. O seu início ocorre com o primeiro momento em que os candidatos a futuros pais e as crianças se encontram pela primeira vez. Termina com a chegada definitiva a casa. É um tempo que varia, não havendo uma estipulação rígida quanto aos dias, sendo que deverá ser adequado ao sabor e velocidade dos seus protagonistas: a(s) criança(s) adoptada(s) e os candidatos. Destina-se ao conhecimento mútuo e ao estabelecimento dos primeiros laços afectivos entre a criança e os candidatos, com o devido acompanhamento dos técnicos (CRSS Norte/SSR Porto, 2000; Salvaterra & Veríssimo, 2008). Assim, esta deve ser uma oportunidade para que se criem de uma forma progressiva, um espaço de intimidade entre a criança e os adoptantes (DGSS, 2004).

O primeiro encontro com a criança é recordado com muita alegria e emoção, mantendo-se este momento como uma recordação viva na memória dos casais, ao ponto de recordarem imensos pormenores sobre a criança e sobre o ambiente envolvente. Existindo desde logo um sentimento de ternura e de protecção (Ferreira et al., 2004).

Quanto à perspectiva das crianças, não foram encontrados estudos que abordassem esta vivência segundo a sua visão, a teoria é apenas unânime em referir que estas deveriam estar melhor preparadas para este passo (CIRPNA, 1999; Fernández, 2004; González et al., 2001; Mascarenhas & Alarcão, 2002; Molina, 2002).

Para alguns investigadores o tempo de transição vai variar de acordo com a idade da criança no momento da chegada, quanto mais velha for a criança, menos previsível e mais difícil é normalmente a transição (Molina, 2002), embora mesmo em idades precoces existam determinados períodos mais sensíveis que podem obrigar a um prolongamento da transição (CRSS Norte/SSR Porto, 2000).

5. O período de integração (primeiro ano)

Com a chegada e permanência da criança a casa começa uma nova fase na família adoptiva. A criança tem agora, o seu novo espaço, o seu novo quarto, casa e ambiente familiar. Este primeiro ano de convívio com a família é denominado período de integração, embora alguns autores o nomeiem como fase de adaptação inicial.

A família alargada está também envolvida na adopção. A contribuição das redes familiares tem vindo a ser cada vez mais reconhecida (Salvaterra & Veríssimo, 2008). Nesta fase inicial, da chegada a casa das crianças para as mães é importante o apoio das próprias mães e sogras (Ferreira et al., 2004).

Quando os pais comunicam a decisão de adoção e consequente inscrição no Serviço de Adopções, à família alargada, a reacção desta é marcada por uma certa dúvida, relutância e frieza iniciais, que revelam um pouco o estigma social que a adoção parece ainda evocar nos dias de hoje, embora em nada se pareça com o estigma de antigamente (Ferreira, Pires, Salvaterra, 2004). Uma visão mais optimista é transmitida pelo autor Domingo (2008) que afirma que as reacções são normalmente positivas, só quando se confrontam com crianças de outras etnias é que acontece algum condicionamento (Domingo, 2008).

A aceitação familiar face à chegada da criança é por vezes complicada e sentida como um choque inicial (Ferreira et al., 2004). No entanto, a aceitação da criança acaba por acontecer por completo com o crescente convívio com a mesma. Por norma as reacções e aceitação da família alargada das crianças são positivas e satisfatórias (Amorós, 1987; March, 1993, *cit in* Fernández, 2004; Molina, 2002; Palacios et al., 1996).

Mesmo que as reacções tendam a evoluir positivamente, quando os candidatos anunciam a sua intenção de adoptar, recebem menos suporte da família alargada e dos amigos do que recebem habitualmente os pais biológicos (Singer, Brodzinsky, Ramsay, Steir & Waters, 1985). O que não significa que com o convívio as relações alcancem até mais significado, carinho e união do que aquele que existe em muitas famílias biológicas. Aliás, quando solicitamos aos pais adoptivos que reflectam sobre a comparação entre a sua família e as famílias tradicionais, tanto do ponto de vista dos pais como dos filhos adoptivos, as famílias adoptivas consideram-se como mais afectivas, mais comunicativas, menos críticas e indulgentes (Muñoz, Rebollo & Fernández-Molina, 2005; Muñoz, Rebollo, Fernández-Molina & Morán, 2007).

Grande parte da investigação sobre os primeiros tempos da criança junto da família adoptiva considera que existe um tempo de apaziguamento em que tudo corre bem, contraposto por um período de maior turbulência e conflito. Estes períodos podem ser denominados segundo Amorós (1987) de fase de “lua-de-mel” e fases de “crises”. Na primeira fase, ocorrem apenas mudanças superficiais, já na segunda deverão acontecer mudanças mais profundas, de “segunda ordem” e daí, a existência do conflito e da crise no sistema familiar. O processo de integração converte-se por vezes numa sucessão de momentos que se alternam entre as duas fases.

Muitos dos comportamentos desadequados tais como, demonstrações de birras, raiva e ressentimentos são o reflexo de uma boa adaptação, ao passo que os comportamentos exemplares encobrem o medo de voltarem a ser abandonadas, o que demonstra falta de integração. As crianças quando sentem que os pais adoptivos já são delas confrontam-nos com exigências sem limites (Sá, 1994, *cit in* Potes et al., 2006).

Estes comportamentos mais problemáticos poderão estar relacionados com a necessidade da criança em assegurar que estes pais não as irão abandonar como o foram

outrora. No fundo podemos classificar estes comportamentos como um teste ao amor que estes adultos dizem sentir por si (Mascarenhas & Alarcão, 2002; Parrondo-Creste, 2007). O mesmo sentimento de medo foi reforçado com o estudo de Molina (2002) onde, as dificuldades de vinculação e apego à nova família também foram explicadas em parte pelo medo que as crianças tinham em perder esta nova família, este medo apresentou-se em 41% da amostra e persistiu em 42% das crianças até ao momento do estudo, concluindo que não é um medo fácil de desaparecer.

Nem toda a literatura concorda com a ocorrência de uma grande quantidade de problemas na fase inicial da chegada e integração da criança. Exemplo disso, é o estudo de March (1993 *cit in* Molina, 2002) onde, apenas 7,5% das crianças evidenciaram durante o primeiro ano na família problemas emocionais e de comportamento.

Um dos principais objectivos e desafios a alcançar nesta primeira fase, é o estabelecimento do vínculo afectivo entre os elementos da família (Alarcão, 2002). Essa vinculação e adaptação são realizadas de forma gradual, pelo que é necessário e desejável que os pais não pretendam que a criança se adapte de imediato a esta realidade tão nova (Amorós, 1987; D'Andrea, 2009).

Com a chegada da criança e consequente alteração do sistema familiar é também importante que os pais tenham consciência que as mudanças acontecerão e que estejam preparados para tal (Amorós, 1987; Triana & Simón, 2004). Algumas alterações ocorrem ao nível das ocupações profissionais, as mães têm tendência a reduzir as suas actividades para assim dedicarem mais tempo às crianças, o mesmo acontece em relação ao tempo livre. A nível do casal as mães também parecem centralizar as atenções nas crianças (Ferreira et al., 2004).

Existem factores que podem contribuir para uma melhor ou pior integração da criança. As experiências prévias, as expectativas de abandono, baixo sentimento de pertença e de permanência na família, carência de habilidades sociais, baixa capacidade de apego, problemas de comportamento, baixo sentido de auto-eficácia e fracas redes de apoio social são factores que têm uma acção negativa (Molina, 2002). O abandono é realmente um sentimento presente porque, embora a adopção represente para as crianças o ganho de uma família, a este ganho está sempre subjacente a perda de uma outra (Palacios, 2007a). Em algum dia algum momento por algum motivo os pais renunciaram à criança de forma directa ou indirecta (Rosas-Mundaca, et. al., 2000)

Factores protectores/facilitadores da integração podem ser, um ambiente familiar securizante, uma abertura familiar com a criança para falar sobre qualquer temática ou dúvida, evitar os segredos e envolver a criança para que este se vá sentindo cada vez mais estável junto da família (González et al., 2001). Ter uma fotografia de todos numa parede, referir-se à criança como “meu filho/a”, dizerem que o amam e que faz parte da família alargada, bem como partilhar segredos da própria família e da sua história de vida são

outros elementos que poderão ajudar a criança a aumentar mais rapidamente o seu sentimento de pertença (Rosas Mundaca, et. al., 2000). Fazer planos futuros com a criança e englobá-la na sua realização e operacionalização é uma outra forma de estas irem assumindo o seu papel de pertença e progredindo na integração (González et al., 2001).

É importante que os pais permitam à criança ir avançando ao sabor do seu tempo e que compreendam que “ninguém é igual a ninguém”, existirão muitas crianças que nos tempos iniciais têm comportamentos de distanciamento e negam inclusive o toque e a aproximação física demasiado intrusiva dos pais adoptivos. Aqui o melhor é dar-lhes o seu espaço e tempo para irem construindo uma relação de confiança e uma vinculação afectiva (González et al., 2001). Pelo contrário, existem crianças demasiado exigentes, que estão sempre a dar e pedir abraços e beijinhos, exigem e demonstram muitos sinais de carinho, manifestando uma exagerada dependência do adulto comportamento aliás típico em muitas crianças institucionalizadas (Molina, 2002; Rutter, 2005).

Embora o período pré-adoptivo (6 primeiros meses) já seja indicador da permanência da criança na família, algumas mães ainda mostram receio e medo de uma eventual intromissão da família biológica (Domingo, 2008).

As pretensões dos pais centram-se em crianças saudáveis, contudo é comum nesta fase inicial a identificação de problemas de saúde e de desenvolvimento. As possíveis justificações para os frequentes problemas de saúde e crescimento que as crianças apresentam, são, partos com pouco acompanhamento médico, problemas de alimentação, e de higiene, e condições de vida adversas que não contribuíam para um saudável desenvolvimento. Estas mesmas justificações podem explicar um desenvolvimento psicológico também desfavorável nos momentos da chegada da criança. A verdade é que, tanto os problemas de saúde e crescimento, como o desenvolvimento psicológico vão evoluindo muito positivamente com a permanência da criança neste novo e favorável ambiente familiar (Palacios, 2007a).

A idade das crianças é uma variável por norma associada às dificuldades de adaptação/integração, assim as crianças com uma média de 7 anos de idade comparativamente com as de 3 anos, eram as que apresentavam maiores problemas, segundo o estudo de López e García (1997 *cit in* Molina, 2002). É inclusive considerada como o factor mais claramente associado com o fracasso da adaptação/integração familiar (Barth & Berry, 1988 *cit in* Fernández & Fuentes, 2001; Brodzinsky, Lang & Smith, 1995; Rosenthal, 1993). Uma idade tardia está ainda relacionada com uma maior probabilidade de insucesso da adopção em si, embora cada vez, sejam mais as adopções de sucesso do que o inverso (Barth, Berry, Yoshikami, Goodfield & Carson, 1988; Brodzinsky, 1987).

De forma global, pode referir-se que não se trata da idade propriamente dita mas, das acumulações de experiencias e acontecimentos menos favoráveis que a criança vai vivenciando, ou seja, trata-se da combinação idade com adversidade. Quanto mais

prolongadas forem as experiências, maiores e mais graves serão as consequências, provocando em alguns casos um dano emocional relevante (Böttger, 2007; D' Andrea, 2009; Fernández & Fuentes, 2001; Levy-Shiff, 2001; Limiñana & Bueno, 2001; Manata, 2008; Palacios, 2007a; Rosas Mundaca et al., 2000; Rutter, 2005). As experiências e vivências que as crianças mais crescidas trazem, podem ter como negativo o impacto que causam na família adoptiva, aumentando as dificuldades no seu ajustamento, complicando as relações pais-filhos e o funcionamento familiar (Rosenthal & Groze, 1991 *cit in* Salvaterra & Veríssimo, 2008; Tsiantis, 1991, *cit in* Ferreira et al., 2004).

Há autores que, têm inclusive uma postura mais pessimista alegando que, a taxa de fracasso da adopção aumenta com o aumento da idade da criança (Tremiere, 1984, Boyne, Denby, Ketteenring & Wheeler, 1984, *cit in* Fernández & Fuentes, 2001). Soler (2007) afirma que, nas crianças adoptadas com mais de 6 anos, os riscos de ruptura se elevam para 7% do total de menores adoptados. No mesmo sentido, vêm os estudos efectuados na Grã-Bretanha, EUA e Suécia. Sugerem que, quando os menores são adoptados em idades mais precoces, a adopção é bem sucedida em 85% dos casos (Gombau et al., 2007). Segundo Hurtado (2006), a adopção tardia acarreta consequências a nível comportamental, emocional, relacional e de vinculação, pelo que, a adopção dever-se-ia realizar não mais além dos 6 meses de idade de modo a evitar o risco que implica de insucesso. Na minha opinião, esta posição não é de todo a mais acertada e cada vez existem mais estudos que desvalorizam a idade da criança, ou pelo menos não lhe atribuem um peso tão determinante para o sucesso ou insucesso da adopção. Para além, de que, tendo em consideração a realidade das crianças disponíveis para a adopção ter apenas crianças até aos 6 meses de idade, actualmente é algo irreal.

Esta postura é assumida pelos autores Tizard (1977), Hodges e Tizard (1989 *cit in* Gombau et al., 2007) que atestam que, as crianças mais velhas podem ser adoptadas com sucesso, embora possam sim, necessitar de uma maior e mais gradual preparação.

Como podemos constatar existem opiniões muito diversificadas, no entanto subscrevo por completo as seguintes palavras: *“Se pensarmos, no que diz respeito às crianças, talvez não exista uma idade que seja a mais aconselhada para uma criança ser adoptada, uma vez que qualquer criança que reúne condições para o ser, independentemente da sua idade, já foi abandonada, e, em nenhuma idade essa é uma boa experiência.”* (Sá & Cunha, 1996, p. 141).

Outra ideia reforçada pela investigação é a que as crianças adoptadas são as que com frequência apresentam mais problemas e dificuldades comparativamente às não adoptadas (Böttger, 2007; Leon, 2002; Sánchez, 2002 *cit in* Fernández, 2004; Waggenspack, 1998; Wegar, 1995). Os problemas atribuídos são de ordem física, psicológica e escolar: hiperactividade, problemas de comportamento, agressividade, baixa auto-estima, problemas de sono, e ainda problemas de alimentação (Berástegui, 2007;

Brodzinsky, 1987; Brodzinsky, et al., 1984; Brodzinsky & Schechter, 1990; Brodzinsky, Radice, Huffman & Merkler, 1987; Grotevant, Ross, Marchel & McRoy, 1999; Juffer & IJzendoorn, 2007; Levy-Shiff, 2001). Daí, existirem vários estudos que referem que as crianças adoptadas estavam desproporcionalmente representadas nas populações clínicas (Brodzinsky, 1987; Grotevant, et al., 1999; Krusiewicz & Wood, 2001; Levy-Shiff, 2001). No entanto, alguns estudos vieram refutar alguns destes estereótipos, por exemplo, Juffer e IJzendoorn (2007), comprovaram no seu estudo que a população adoptada tem níveis normativos de auto-estima. Estes autores defendem que a adopção tem alguns riscos associados, porém os elementos protectores vão-se sobrepor fazendo com que esta se torne numa medida de intervenção eficaz.

Os problemas escolares são os mais enfatizados pelos pais (Molina, 2002) e por parte da investigação. Todavia existem investigações que alegam que as diferenças entre os adoptados e não adoptados não são significativas. Há que relacionar esta variável com o rendimento escolar dos pais adoptivos e talvez se encontrem outras origens para o baixo rendimento escolar das crianças (Palacios & Sánchez, 1996; Palacios & Sanchez-Sandoval, 2005).

Quando existem, os problemas são normalmente mais associados às crianças de acolhimentos fracassados ou que permaneceram por tempo mais prolongado em instituições (Festinger, 1990 *cit in* González et al., 2001; Palacios & Sánchez, 1996). Uma eventual vulnerabilidade genética e fraco acompanhamento pré-natal são de igual forma mencionados como causalidade de alguns dos problemas que as crianças apresentam (Grotevant et al., 1999; Levy-Shiff, 2001; Singer, Brodzinsky & Braff, 1982).

Existem variáveis que vão estar associadas à presença e gravidade dos problemas, bem como a influenciar o processo de integração familiar. O sexo da criança é uma delas. Enquanto no estudo de Rosenthal et al., (1988) e Téllez, (1993, *cit in* Fernández 2004), ser do sexo feminino é premonitor de sucesso, no estudo de Festinger, (1990) ou Zwimpfer, (1983, *cit in* Fernández & Fuentes, 2001), o sexo da criança não é uma variável significativa para a adaptação familiar. Outras variáveis são, a idade de adopção (mais idade obtêm piores resultados); o mau trato (os maltratados têm mais problemas comportamentais e emocionais); ser adoptado com irmãos (mais problemas); o nível educativo dos pais adoptivos, o nível educativo baixo está associado a recursos mais limitados (Fernández, 2004; Palacios, 1998; Palacios et al., 1996). No entanto, para Coakley e Berrick (2007), são os pais com nível educativo mais elevados os que estão associados a maior insucesso, dado que por estudarem mais tempo têm à partida menores experiências parentais, estão mais tempo fora de casa e têm expectativas mais elevadas e exigentes para com a criança.

Outras variáveis, associadas aos pais, são as expectativas irrealistas e desadaptadas sobre as características das crianças, desconhecimento sobre dados chave da história da criança, medo em abordar temáticas relacionadas com a família biológica,

medo de perder a criança, tendência em explicar os problemas da criança através da sua herança genética, dificuldade em estabelecer vínculos afectivos com as crianças, não chegar a integrar plenamente a criança como um membro da família, e a falta de capacidade dos pais para enfrentar e ultrapassar estes problemas (González et al., 2001).

As possíveis dificuldades de compatibilização entre a criança imaginada e a criança real podem igualmente, ser factores de stress para a transição da parentalidade (Mascarenhas & Alarcão, 2002).

Um outro factor negativo é a forma como a maioria dos pais encara o processo de adopção, com uma percepção menos realista do que o desejável, não sendo capazes de antecipar as dificuldades de adaptação com que possivelmente se depararão. Têm a ideia irrealista de que “tudo vai correr bem” (Soler, 2007). Alguns pais têm uma imagem idílica da adopção, sem noção dos desafios que irão surgir, é necessário cada vez mais que sejam informados, ou melhor, que tomem consciência das dificuldades inerentes ao processo (Rosas Mundaca, et. al., 2000; Soler, 2007).

As famílias com uma visão mais realista da adopção e seus desafios, são capazes de antecipar as suas dificuldades, e sentem-se também capazes de as enfrentar e ultrapassar, pois olham para estes desafios de uma forma positiva e optimista, são este tipo de famílias que tiveram melhores níveis de adaptação (Berástegui, 2007).

Ainda sobre a igualdade ou diferença entre as crianças adoptadas e não adoptadas, existem diversas opiniões. Para mim, a que melhor espelha a realidade é a dos autores Palacios e Sánchez (1996), Palacios & Brodzinsky (2005) que afirmam que as crianças adoptadas e não-adoptadas têm mais de semelhante do que de diferente. Referem também que, sempre que se estuda esta variável deveriam ser realizados estudos comparativos, recorrendo ao paradigma metodológico que emparelha crianças adoptadas com os seus pares actuais e com crianças que partilham a mesma história prévia, mas que não tiveram possibilidade de ser adoptadas mantendo-se institucionalizadas.

Relativamente aos motivos que desencadeavam eventuais problemas, as famílias têm tendência a explicá-los com fundamentos ligados ao passado da criança, desde problemas emocionais, falta de carinho na vida passada, problemas escolares, falta de estimulação ou de pré-escola. Foi também ao passado que associaram as dificuldades de vinculação das crianças (Molina, 2002). A maioria das famílias adoptivas realizam atribuições de causalidade entre o comportamento actual da criança e o seu passado, estão menos atentos à sua própria influência no processo de adaptação, delegando esta responsabilidade para o menor (Soler, 2007). No estudo de Domingo (2008), também duas mães atribuíram um certo peso à genética como meio de explicar o comportamento da criança.

De facto, os factores associados à hereditariedade e meio em que as crianças viveram parece preocupar os pais adoptivos, na medida em que, os pais fantasiam qual a

sua influência no desenvolvimento da personalidade e comportamento da criança (Sá & Cunha, 1996).

Perante os problemas que surgem, a ajuda a que recorrem os pais adoptivos, como primeira opção, é ao próprio casal (ajuda mutua), à família e amigos, deixando para último recurso a ajuda profissional (Palacios, 2007a; Palacios et al., 1996). Molina (2002), indica que no seu estudo grande parte dos pais recorreu a ajuda profissional. Segundo Fernández (2004), a melhor receita para se ultrapassarem os problemas é o uso frequente de reforço e raciocínio juntamente com o uso moderado da repreensão e o castigo aliados a muito afecto, aceitação e dedicação.

A investigação indica que os pais adoptivos têm um conjunto de características que os auxilia na hora de enfrentar as dificuldades mais facilmente que os pais biológicos, normalmente são mais velhos, têm carreiras profissionais mais estabelecidas, com mais segurança financeira, são casados há mais tempo, têm maior sensibilidade conjugal e melhor comunicação. A chegada da criança é um momento tão esperado e desejado que acaba por trazer uma plenitude, capaz de amortecer os factores de stress associados à fase de integração/adaptação da família adoptiva (Brodzinsky, et al., 1995; Palacios, 1998; Rosas Mundaca et al., 2000; Salvaterra & Veríssimo, 2008; Soler, 2007).

Uma boa família é onde tal como em todas as outras existem problemas, mas existe em simultâneo capacidade para os ultrapassar (Diniz, 1993).

Quer nos estudos que relatam que existem maiores dificuldades ou nos que têm uma postura diferente, todos concordam que a evolução que as crianças fazem é praticamente sempre notória e positiva, o que vem reforçar a eficácia da adopção como forma de protecção das crianças (Berástegui, 2007; Domingo, 2008; Fernández, 2004; Molina, 2002; Palacios, 2007a). Para Fernández (2004), logo após o primeiro ano das crianças na família a maioria dos problemas havia desaparecido. As crianças adoptadas vivem as mesmas etapas de desenvolvimento que todas as outras, com características e dificuldades similares. Contudo, particularidades do seu desenvolvimento psicossocial que correm o risco de serem afectados directamente pelas vivências de abandono e carências afectivas (Böttger, 2007).

Embora este primeiro ano de convivência em família se possa revelar muito desgastante, a avaliação que os pais fazem é maioritariamente positiva. No estudo de Fernández e Fuentes (2001), apenas 14% das famílias se encontravam insatisfeitas com o desenrolar do processo de integração/adaptação, alegando inclusive que lhes tinha parecido mais fácil e melhor do que o que estariam à espera, as satisfações eram superiores aos problemas. Num estudo mais clássico, já esta tendência se verificou, quando Amorós (1987) constatou que apenas 7% dos pais da sua amostra se encontravam insatisfeitos com o processo de adaptação.

Para que a criança se integrasse completamente na família, no estudo de Ward (1981 *cit in* Molina, 2002), 74% a 87% dos pais adoptivos considerou necessário apenas 1 mês ou ainda menos tempo. Já, outros estudos consideraram que esta adaptação só aconteceu após os 2 anos de permanência na família (O'Hara, 1991, *cit in* Molina 2002). No estudo de Palacios e colaboradores (1996) a integração da criança já tinha acontecido plenamente para 98% dos casos, e, 91% dos pais assinalou que tal sucedeu durante os primeiros 3 meses de permanência na família.

6. A adaptação actual

A criança estar actualmente adaptada, significa que a família conseguiu assumir um nível rotineiro de funcionamento quotidiano satisfatório e positivo para os seus membros (Berástegui, 2007).

De um modo geral, os pais estão satisfeitos com a adaptação e adopção das suas crianças. Embora num estudo de Berástegui (2005) 3,7% dos pais se pudesse voltar atrás no tempo não adoptariam os seus filhos, a grande maioria, 80 a 85% estão satisfeitos com a sua situação familiar actual. Sobre a satisfação da vivência familiar, percentagens idênticas (85%) são encontradas no estudo de Palacios et al., (1996) e no estudo de Witner et al., (1963, *cit in* Amorós, 1987). Os pais satisfeitos são, para Ferreira et al., (2004), aqueles que eram capazes de perceber a ligação afectiva entre eles e os seus filhos.

A insatisfação das famílias pode estar relacionada com os problemas de comportamento das crianças, nomeadamente com a agressividade, hiperactividade, problemas de atenção e de vinculação à família (Molina, 2002; Palacios, 2007a). De acordo com Molina (2002), esta justificação é viável, no caso dos problemas ou conflitos familiares serem muito continuados no tempo, e então aí, os pais sentem-se incapacitados para lhes por um termo e consequentemente avaliam a sua relação com os filhos como insatisfatória. São por norma os pais das crianças mais problemáticas que avaliam a sua vida familiar como muito mais difícil após a adopção (Molina, 2002). No estudo de Palacios et al., (1996), apenas para 15% dos pais, a vida familiar foi mais difícil após a adopção. Todas as famílias estudadas por Domingo (2008) manifestaram uma grande satisfação com a adopção e com a vida familiar.

Por norma, os pais adoptivos têm expectativas positivas sobre os efeitos que um filho pode ter na sua vida pessoal e familiar, e na realidade, esta experiência é avaliada como positiva para a grande maioria das famílias indicando altos níveis de felicidade (Salvaterra & Veríssimo, 2008).

Por norma, as crianças adoptadas após a sua colocação numa ambiente familiar sensitivo e responsivo às suas necessidades, apontam uma série de melhorias e evoluções a vários níveis, uma vez que lhes é possível aprender com os seus pais adoptivos padrões de relacionamento novos e adaptativos (Manata, 2008). A mesma autora investigou ainda o

comportamento actual das crianças junto da família adoptiva, e, contrariamente aos resultados obtidos noutras pesquisas, no seu estudo não foram encontradas diferenças significativas entre as crianças adoptadas e não adoptadas. Apenas no comportamento pró-social se verificou um índice mais elevado nas crianças adoptadas que pode apontar para o facto de um dia terem sido rejeitadas e estarem a tentar evitar com este tipo de comportamentos eventuais abandonos. De facto, é possível afirmar que as crianças podem mudar positivamente após a entrada num ambiente familiar responsivo e de qualidade, que é por sua vez capaz de colocar à criança desafios adequados às suas capacidades e que lhe permitam recuperar das experiências adversas anteriores à adopção (Manata, 2008). O ambiente familiar parece ser uma peça chave a uma boa integração e adaptação familiar, pelo que acerca das famílias do presente estudo é de todo pertinente perceber como funciona este ambiente familiar, nomeadamente quanto às dimensões de expressão emocional, comunicacional e disciplinar. Esta questão foi investigada por Ferreira da Silva (2009), a qual indica que o ambiente educativo das famílias participantes é muito positivo, na medida em que se pauta pela expressão emocional, por uma boa comunicação entre pais e filhos e por uma utilização moderada de estratégias activas de controle do comportamento das crianças, impondo limites.

Embora sejam muitos os estudos que apontem que quando as crianças enveredam um ambiente familiar evidenciam marcadas melhoras, Fries e Pollack (2004) são da opinião que, mesmo assim, persistem diferenças desenvolvimentais, nomeadamente a nível emocional e social. Referem que as experiências precoces sociais têm um papel significativo no desenvolvimento dos processos básicos afectivos, pelo que, uma precoce negligência emocional pode causar nas crianças dificuldades no seu desenvolvimento emocional e social futuro. Indicam inclusive que os pais adoptivos consideram que o domínio de desenvolvimento emocional é aquele no qual observam menores melhorias após a adopção. Contudo, a vivência junto da família adoptiva vai permitir que as crianças adquiram maior eficiência no processamento de aprendizagens emocionais.

Em suma, o processo de adopção envolve uma série de etapas – desde a espera até à chegada da criança, sua integração e adaptação familiar - com especificidades próprias que urge conhecer no contexto português. É uma vivência própria, que cada um dos seus intervenientes/protagonistas vai assimilar, interiorizar e dar um significado único, através da tonalidade emocional, pensamentos e comportamentos inerentes ao acontecer deste processo. Por conseguinte, faz sentido estudar o processo de adopção na dupla perspectiva dos pais e dos filhos.

CAPÍTULO II

ESTUDO EXPLORATÓRIO

1. Questões de investigação

A revisão bibliográfica atrás apresentada salientou a lacuna de informação disponível acerca do modo como o processo de adopção é vivido pelas famílias portuguesas, acentuando toda uma panóplia de estudos conduzidos noutros contextos culturais. Por conseguinte é objectivo deste estudo exploratório conhecer as características de que se reveste o processo de adopção junto de famílias que adoptaram em Portugal, crianças de origem portuguesa. Inserido numa investigação mais abrangente sobre o processo de adopção e vivência adoptiva na perspectiva de pais e filhos, o presente estudo debruça-se sobre as seguintes questões de investigação:

1. Como foi vivido o tempo de espera pelos pais adoptivos? Quais os seus medos e preocupações? Quais as estratégias utilizadas (negação, distração, falar frequentemente no assunto...)? Qual o tempo médio de espera da amostra? Existe algum tipo de relação entre o tempo de espera e a integração da criança? Qual a influência do tempo de espera na avaliação que os pais adoptivos fazem do processo de adopção?

2. A criança estava preparada para receber a notícia que iria ter uma nova família? Quem lhe transmitiu essa informação? Quais foram as suas dúvidas, receios, medos e sentimentos?

3. E aos pais, que informação lhe foi dada sobre a criança proposta? Como qualificam e quantificam essa informação?

4. Como foi vivida a transição do contexto onde a criança vivia para a casa da família que passou a integrar, pelos pais e pelos filhos? Quais as condições de tempo, espaço, actividades, pessoas presentes em que se desenrolou essa transição? Que variáveis da criança ou dos pais estão associadas ao modo como se processou essa transição?

5. Como foi vivido o primeiro ano de integração da criança na família, na perspectiva dos pais e dos filhos? Que experiências foram marcantes nesse período? Que variáveis das crianças (idade, sexo, outras características), dos pais (idade, sexo, anos de escolaridade, alterações ocorridas nas suas rotinas, redes de relação...) e dos contextos (família alargada, serviços de apoio da comunidade....) estão associados ao modo como se processou esse primeiro ano de integração na família?

6. Qual o grau de adaptação actual das crianças e pais participantes? Qual a percepção de semelhança ou diferença que as famílias da amostra têm relativamente às outras famílias? Qual a satisfação com a situação vivida actual? Que problemas se manifestam? Quais as variáveis da criança, dos pais e dos contextos estão associados a diferentes formas de adaptação à situação de família adoptiva? Que variáveis são preditoras da adaptação actual?

2. Metodologia

2.1. Participantes

Participaram neste estudo 52 famílias que adoptaram 67 crianças de idade compreendida entre 5 e 15 anos ($M= 9,3$ e $D-P= 2,53$) das quais 58,2% são rapazes e 41,8% são raparigas. Deste número total de crianças, 11 (16,4%) vivem em famílias monoparentais e as restantes 56 (83,6%) vivem em famílias biparentais.

Trata-se de uma amostra de conveniência seleccionada entre as famílias que adoptaram entre 2000 e 2007, nos distritos de Vila Real e Porto. O critério usado na selecção dos participantes foi: “famílias que adoptaram há pelo menos um ano uma criança com idade compreendida entre 5 e 15 anos”.

Do total das 52 famílias, 38 (73,1%) têm um filho que participou no estudo, 13 famílias (25%) têm 2 e uma família (1,9%) participou no estudo com os 3 filhos dado que todos contemplavam os critérios de selecção.

Foram entrevistadas 67 figuras parentais acerca do processo de adopção de cada criança participante. Da totalidade, 13,5% pertenciam ao distrito de Vila Real e 86,5% ao distrito do Porto. Era finalidade do estudo ter uma amostra equitativamente distribuída pelos dois distritos mas tal não foi viável porque, do universo de aproximadamente 90 famílias do Centro Distrital de Segurança Social de Vila Real que compreendiam os critérios de selecção, a Equipa de Adopções seleccionou 6 famílias para participarem no estudo, ficando assim obrigatoriamente, a amostra mais concentrada no distrito do Porto.

Os pais adoptivos entrevistados tinham idade média de 44,63 ($D-P= 5,08$) variando entre 35 e 59 anos, distribuíam-se pelos dois sexos, 13 pais (19,4%) e 54 mães (80,6%) e tinham profissões variadas das áreas da educação (37,3%), da saúde (9%), da produção (11,9%), dos serviços (28,4%) e das forças militares (1,5%). Sendo ainda 11,9% das mães domésticas e reformadas.

Em termos de escolaridade verifica-se que os pais têm uma média 12,51 anos de estudo ($D-P=4,13$) variando entre 4 e 18 anos. Nas famílias monoparentais a escolaridade é mais elevada, o número mínimo de anos de estudo é de 7 e o máximo de 18 anos, com uma média geral de 14,73 e um desvio padrão de 3,55. O quadro 1 apresenta a distribuição dos participantes por nível de ensino e género.

Quadro 1. Distribuição dos participantes segundo o género e nível de ensino:

		Sexo do Entrevistado		
		Masculino	Feminino	Total
Escolaridade	Ensino Básico	4	12	16
	Ensino Secundário	11	9	20
	Ensino Superior	9	22	31
	Total	24	43	67

Do total de 67 crianças participantes foram entrevistadas 34 (53,13%), das quais 18 (52,9%) eram rapazes e 16 (47,1%) eram meninas. As suas idades estavam compreendidas entre os 6 e os 15 anos, com uma média de idade de 9,59 ($D-P=2,55$). A escolaridade das crianças entrevistadas variava entre a pré-escola e o 8º ano. A razão pela qual não foram entrevistadas todas as crianças participantes prende-se com o critério de selecção definido para a entrevista aos filhos “conhecer o seu estatuto de adoptado e ter autorização dos pais para a entrevista”.

2.2. Instrumentos

Os instrumentos utilizados no âmbito do presente estudo foram:

- A EPA-Portuguesa, Entrevista sobre o Processo de Adopção (Barbosa-Ducharne, Moreira, Ferreira da Silva, Monteiro & Soares, 2009) entrevista que pretende recolher informação junto de Pais adoptivos acerca da forma como foi e está a ser vivenciado o processo de adopção, adaptada da EPA de Palacios, Sanchez-Espinoza e Sanchez-Sandoval (1995).
- A ECCA - Entrevista a Crianças e Adolescentes sobre a Adopção (Barbosa-Ducharne, Monteiro, Soares & Nunes, 2009), desenvolvida no âmbito da investigação e que aborda como principais temáticas as recordações das crianças sobre o período de transição/integração e a revelação.
- O QPA (Questionário aos Pais sobre a Adopção), que integra o QIA- Questionário Infertilidade e Adopção (Moreira, 2009) e o QICP - Questionário de Ideias e Comportamentos parentais (Ferreira da Silva, 2009), abordando as temáticas da infertilidade das práticas educativas parentais, igualmente construído no âmbito do presente estudo.

2.3. Procedimentos

A equipa de investigação era constituída por quatro investigadoras, todas licenciadas em Ciências Psicológicas na FPCEUP (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto) a realizar o Mestrado Integrado em Psicologia sobre a temática da Adopção.

Após identificação das famílias que tendo adoptado uma criança nos distritos de Porto e Vila Real entre os anos de 2000 e 2007, correspondiam aos critérios de selecção da amostra atrás indicados, a primeira abordagem junto das famílias era efectuada pela Técnica do Serviço de Adopções que acompanhou a adopção em causa. Era realizada uma breve apresentação do estudo e verificado o interesse ou não dos pais em participar. Face á aceitação era agendado um segundo contacto já pela equipa de investigação para fixar a entrevista, a hora e o local e constatar quem estaria presente e também se a(s) criança(s) poderiam ou não participar. Neste momento era explicado aos pais que no caso de terem para além do filho adoptado um filho biológico, só participaria a criança adoptada. Nos casos

em que existia mais que um filho adoptado, mas que algum deles não correspondia aos critérios de selecção da amostra, só seriam questionados e só era realizada a entrevista à criança que preenchesse os critérios.

Todas as entrevistas foram realizadas entre os meses de Abril e Julho de 2009.

O local maioritariamente escolhido pelos participantes para a realização das entrevistas foi o domicílio, perfazendo 79% da amostra, distribuindo-se os restantes entre o local de trabalho, o Serviço de Adopções ou a FPCEUP.

Primeiramente era dada a assinar aos pais a declaração de consentimento informado. Este documento continha uma breve explicação do estudo e era também reforçado o facto de ser uma participação voluntária e de a recolha de dados ser estritamente sigilosa e para fins de investigação

Por norma a equipa de investigação era constituída por dois membros, poder-se-ia reduzir a um elemento no caso de os pais não autorizarem a participação das crianças. Após a chegada ao local pré-destinado apresentavam-se e, se os pais tivessem autorizado a participação das crianças, uma investigadora prosseguia com a realização da entrevista e questionário ao(s) pais e a outra fazia a entrevista à(s) criança(s).

A duração média da aplicação da entrevista aos pais foi de 103 minutos com um desvio padrão de 29,04, variando entre 45 minutos e 3 horas. Terminada a entrevista, os pais eram convidados a responder ao questionário individualmente.

A entrevista das crianças era menor que a dos adultos tinha uma duração média de 48,09 minutos ($D-P= 27,55$). A duração da entrevista variou entre 15 minutos e 1 hora e 10 minutos. De forma a não prejudicar a entrevista dos adultos, quando as crianças terminavam deveriam permanecer com a investigadora realizando actividades do seu agrado.

Finalizadas todas as entrevistas as investigadoras despediam-se da família reforçando o agradecimento pela disponibilidade de terem aceitado participar no estudo.

3. Apresentação e discussão dos resultados

Neste ponto serão apresentados os resultados obtidos e a discussão que os mesmos permitem elaborar. De referir que se optou por este formato de apresentação de resultados integrando a sua discussão, a fim de facilitar a compreensão dos resultados obtidos e permitir a articulação de dados recolhidos junto dos Pais e dos Filhos.

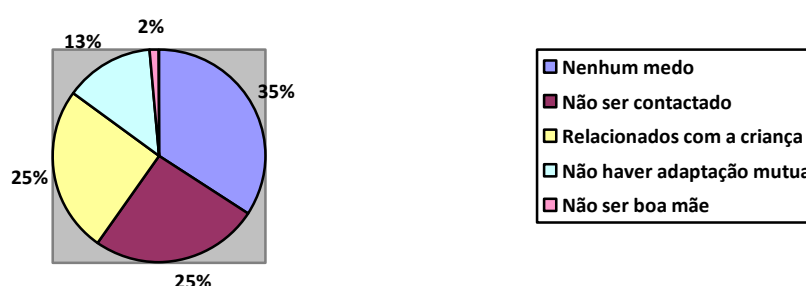
3.1. O tempo de espera

O tempo médio de espera dos pais participantes foi de cerca de 3 anos ($M= 2,97$; $D-P= 1,80$), variando entre os 6 meses e os 8 anos. Os valores encontrados vão de encontro ao mencionado na bibliografia como o tempo médio de espera a nível nacional (Mascarenhas & Alarcão, 2002) embora o tempo máximo encontrado no presente estudo ultrapasse os 5 anos indicados como referência nacional. Verificou-se uma correlação negativa significativa ($r=-0,31$, $p=0,01$), entre a idade de chegada da criança e o tempo de espera, pelo que o tempo de espera tem tendência a ser maior quanto menor é a idade da criança pretendida.

Um maior ajustamento entre a pretensão dos candidatos no que diz respeito à idade da criança ao perfil das crianças disponíveis para ser adoptadas permitiria, sem dúvida uma diminuição do tempo de espera. Esta questão da mudança de perfil poderia ser trabalhada junto dos candidatos e da sociedade em geral, pois que as adopções de crianças mais crescidas podem ser igualmente adopções de sucesso (Sá & Cunha, 1996; Tizard, 1977, Hodges & Tizard, 1989 *cit in* Gombau et al., 2007). E, para dar este passo e acontecer esta mudança, como referiu Palacios (2008), não é preciso muito, basta que todos comecemos a chamar “bebés” às crianças de 2/3 anos e “pequeninos” às crianças de 6 anos em vez de “crianças mais velhas”, visando uma mudança de perspectiva junto da população, pois que o emparelhamento necessário entre necessidades das crianças e as capacidades dos adultos adoptantes é um requisito transversal a todas as adopções, independentemente da idade (Palacios, 2007b).

A fim de conhecer como é vivido o tempo de espera por parte dos candidatos, procede-se á análise dos medos e preocupações sentidos nesse período (gráfico 1).

Gráfico 1. Medos e preocupações durante o tempo de espera:



Constatamos que a maioria dos pais (65%) sentiram medos e preocupações. Os principais medos centraram-se no receio de não serem contactados pelos Serviços de Adopção e diziam respeito a questões relacionados com a criança. Treze por cento dos pais receavam não conseguir uma adaptação mútua e finalmente, uma mãe referiu ter medo de não conseguir ser boa mãe (1,5%).

Como constatamos através dos depoimentos dos participantes do presente estudo, em consonância com a teoria, este tempo de espera está envolto a sentimentos negativos (incerteza, vazio, ansiedade, angústia, insegurança, intranquilidade, nervosismo e *stress* (Berástegui, 2008; Domingo, 2008; Ferreira et al., 2004; Mascarenhas & Alarcão, 2002; Salvaterra & Veríssimo, 2008; Sandelowski et al., 2007), o que pode explicar o facto de duas famílias do presente estudo terem colocado a hipótese de recuar no processo. Outros pais não sentiram vontade de recuar, mas pensaram que já não seriam contactados.

Para os pais que sentiram medo e preocupação de não serem contactados o tempo médio de espera foi de 3,06 anos (D-P= 1,61), sendo o mínimo de 6 meses de espera e o máximo 6 anos e meio. Os pais que tiveram medos relacionados com a criança esperaram em média 2,47 (D-P= 1,46), variando esse tempo entre os 6 meses e os 5 anos. Os que referiram o receio de adaptação mútua esperaram em média 3 anos (M= 3,17; D-P= 2,56), o tempo mínimo foi de 6 meses e o máximo de 8 anos. Verificou-se que não existem diferenças significativas de tempo médio de espera entre os grupos de pais que evocaram diferentes tipos de medos ($F_{(4,62)} = 1,10$, n.s.).

Verificou-se uma correlação moderada negativa significativa ($r = -0,37$; $p = 0,002$), entre o tempo de espera e a satisfação reportada pelos pais relativamente ao processo de adopção, pelo que quanto maior o tempo de espera, menor a satisfação.

No presente estudo a percentagem de pais satisfeitos com o processo (58,2%) é ligeiramente superior à dos insatisfeitos, tal como foi verificado por outros autores (Berástegui, 2008; Berry et al., 1996; McDonald et al., 2001; Prater et al., 1988 *cit in* O'Brien & Zamostny, 2003; Palacios et al., 1996). Note-se que esta percepção de satisfação pode ser justificada com a chegada da criança; o facto de os pais no momento do estudo já terem a criança junto deles há certo tempo, conduz à desvalorização do processo passado, como disse uma das mães do estudo em relação à criança “tardou, mas chegou”. Os pais insatisfeitos com o processo esperaram em média mais de 3 anos e meio (M= 3,63; D-P= 1,77) e os satisfeitos esperaram apenas 2 anos e meio (M= 2,5; D-P= 1,69), sendo as diferenças entre os dois grupos significativas ($t_{(65)} = 2,64$; $p = 0,01$).

Relativamente à frequência e qualidade da comunicação com o cônjuge durante o tempo de espera, os resultados indicam-nos uma associação significativa ($\chi^2_{(4)} = 16,13$; $p = 0,003$), verificando-se que nos casais em que a comunicação foi pouco frequente era mais difícil falar sobre o assunto, e naqueles que era muito frequente foi mais fácil conversar. As

famílias do estudo optam por primeiramente partilhar as vivências no meio familiar, tal como nas investigações de Berástegui (2008) e Ferreira et al., (2004).

3.2. A notícia de adopção

Das 34 crianças entrevistadas apenas 15 referem lembrar-se da idade em que foram adoptadas, verificando-se uma correlação muito forte entre a idade de adopção da criança e a idade recordada dessa adopção ($r = 0,92$; $p < 0,001$, $n = 15$).

A notícia de que iriam ter uns pais adoptivos foi transmitida às crianças ou pelas pessoas da instituição ou pelas pessoas da família de acolhimento ou então, pela equipa de adopção. Das 13 crianças que têm memória deste momento, 6 disseram que se sentiam preparadas para a notícia; porém sete crianças referiram que não o estavam. As seis crianças que se diziam prontas, tinham uma média de idade de 4,42 (D-P= 2,15). Após a recepção da notícia duas crianças ficaram com dúvidas e medos. As sete crianças que não se sentiam preparadas, foram adoptadas com quase 7 anos ($M = 6,79$; $D-P = 1,87$) e destas, 4 ficaram com dúvidas. Conclui-se que, as crianças que se sentem prontas para a notícia têm tendência a dizer que não ficaram com dúvidas nem medos, enquanto que as que não se sentiam prontas têm tendência a ficar com mais dúvidas e medos ($\chi^2_{(4)} = 16,91$; $p = 0,002$). Embora não tenham sido encontradas diferenças significativas ($U = 8,5$, n.s.) entre os grupos, verifica-se que a média de idades das crianças que menos se sentiam preparadas para a notícia é superior à das crianças que referem estar melhor preparadas.

Conclui-se assim que, nem todas as crianças se sentiam preparadas para receber a notícia de que iriam ter uma nova família. Tal facto obriga a uma reflexão e avaliação sobre se o trabalho que é posto em prática junto das crianças, no sentido de as preparar para a nova vida familiar estará ou não a ser suficiente e se tem em conta a idade da criança. Como refere Molina (2002), a falta de preparação das crianças pode desencadear maiores dificuldades.

Os sentimentos/pensamentos que as crianças ficaram a sentir/pensar quando receberam a notícia variaram entre a felicidade, alegria, esperança, tristeza, medo, negação (*"lembro-me que não queria vir"*), receio e dúvidas (*"Comecei a pensar o que lhes ia dizer, o que lhes ia fazer"*). Os sentimentos negativos surgiram nas crianças que, pensaram que a família de acolhimento era a sua *"verdadeira família"*, nas crianças que desejariam manter ligações com o local e família onde estavam, nas que tiveram receio de, ao ir para um outro local perder o contacto com os irmãos, nas que alegaram não querer ir para a nova família porque estavam habituadas aquele espaço e tinham receio de conhecer uma nova casa e *"pessoas novas"*. Uma justificação para a felicidade: *"Fiquei contente porque estes pais iam ser bons para mim, eram pais que eram muito meiguinhos e, por isso, ela me deu essa notícia, para eu ficar alegre"*.

Algumas dúvidas e medos que as crianças ficaram a pensar/sentir quando receberam a notícia: *“Pensei que ia para a outra família que tinha antes. Pensei que poderia ser tratado outra vez mal”*; *“Medo se iria ficar aqui, não sabia onde é que eu estava”*; *“Se ia entrar na escola, e se os meus amigos iam gostar de mim”*; *“Tive medo de perder os meus amigos”*; *“Senti medo que me voltassem a fazer o que fizeram”*.

É verdade que as equipas não podem garantir à criança que aquela família será sua para sempre, porque o período de pré-adopção não é estável ou definitivo, contudo podem por sua vez assegurar que serão com certeza muito amados e jamais maltratados.

A leitura destes dados salienta a necessidade de envolver cada criança no seu projecto de vida permitindo-lhe compreender e integrar numa narrativa articulada as diferentes transições e mudanças de contexto de cuidado, seja de acolhimento institucional, seja de acolhimento familiar, como situações temporárias de passagem. É urgente que as crianças em situação de adoptabilidade sejam melhor preparadas para a vivência junto da nova família (CIRPNA, 1999; Fernández, 2004; González et al., 2001; Mascarenhas & Alarcão, 2002; Molina, 2002).

Depois de explorada a recepção da notícia da adopção do ponto de vista da criança, será abordado de seguida o modo como foi a novidade para os pais, mais propriamente que tipo de informação receberam e como a avaliaram.

Pelo tempo longo que passam desde que foram seleccionadas, até este momento, poder-se-ia pensar que os pais estariam mais do que preparados, mas na verdade, os pais entrevistados consideram que este passo é demasiado repentino e abrupto nas suas vidas. Num curto espaço de tempo têm de se preparar para encontrar e receber no seu lar a criança por quem sonharam ao longo do tempo de espera. Os dados do estudo de Palacios, et al., (1996), são convergentes com os deste estudo.

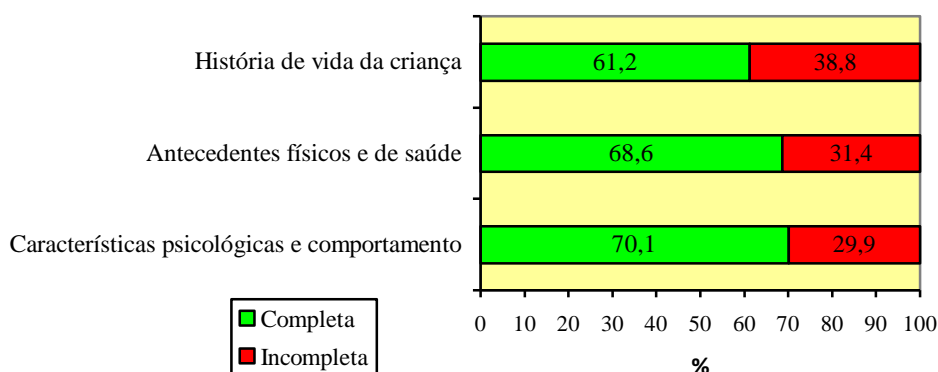
Apresenta-se de seguida o quadro com a informação recebida pelos pais, quando lhe foi proposta a criança.

Quadro 2. Informação dada aos pais no momento da proposta:

Tipo de Informação	N	Percentagem
Sexo	67	100%
Idade	66	98,5%
Informação Médica	63	94%
História Prévia de Vida	53	79,1%
Psicológica e Gostos/Preferências	51	76,1%
Características da Família Biológica	42	62,7%

O gráfico 2 apresenta a percepção que os pais têm do grau de completude da informação disponibilizada em função da temática.

Gráfico 2. Percepção que os pais têm do grau de completude da informação:



Os pais participantes avaliam a informação que lhes foi disponibilizada aquando da proposta da criança, como moderadamente completa.

A nível da teoria esta questão levanta alguma discussão, mas a conclusão que se retira é de que a informação transmitida deverá ser o mais completa, rigorosa e exacta possível e isenta de juízos de valor de modo a facilitar a sua integração no discurso que os pais vão construindo acerca da história prévia da criança essencial à construção da sua identidade adoptiva (Brodzinsky, 2005; Domingo, 2008; Molina, 2002; Palacios et al., 1996; Rosas Mundaca et al, 2000; Soler, 2007). Neste estudo, a maior parte dos pais participantes revelou interesse em receber bastante informação. Mesmo assim, a(s) características da família biológica é o item que recebe uma pontuação mais baixa.

3.3. A transição – primeiro contacto

A transição da criança é um momento fulcral do processo de adopção, para alguns investigadores e pais é como se fosse o momento do parto da família adoptiva. É aqui que pais e criança se vêm pela primeira vez e começam a sua história, constituindo-se como família.

A idade média de adopção das crianças participantes foi de 3,33 anos (D-P= 2,15), variando entre um mínimo de 6 meses e um máximo de 10 anos. A idade de chegada da criança correlaciona-se com várias variáveis nomeadamente com a avaliação que os pais fazem do grau de dificuldade da parentalidade adoptiva, bem como da duração da transição da criança.

Assim, tal como acontece na investigação de Molina (2002), quanto mais crescida era a criança no momento de chegada, mais negativamente os pais avaliaram a sua tarefa de serem pais adoptivos ($r = -0,34$; $p = 0,01$).

De facto, a comparação entre a média de idades de adopção das crianças cujos pais consideram que a parentalidade adoptiva é mais difícil que a expectativa ($M = 4,46$; $D-P = 2,31$) e os pais que consideram que esta parentalidade se revelou mais fácil que a expectativa ($M = 2,67$; $D-P = 1,78$) evidenciou diferenças estatisticamente significativas ($t_{(64)} =$

3,54; $p = 0,001$), sendo mais velhas as crianças do grupo de pais que consideram que a parentalidade se revelou mais difícil do que esperado.

No que diz respeito à duração do período de transição, verifica-se que este variou entre um e 30 dias, sendo que neste último caso não foram os 30 dias consecutivos uma vez que a criança começou por ir aos fins-de-semana aumentando os dias gradualmente. Por conseguinte para as análises estatísticas optamos por retirar este caso uma vez que se estiver presente vai funcionar como um *outlier*. Assim, o tempo mínimo e máximo de transição varia entre 1 dia e 15 dias, sendo a média de 3,41 ($D-P = 3,48$). É importante referir que 79% da amostra está abaixo da média com 3 ou menos dias de transição.

Depois de exploradas várias variáveis conclui-se que a idade da criança é a que maior impacto exerce sobre a duração da transição. Quanto mais idade tem a criança mais tempo demorará a transição ($r = 0,57$; $p < 0,001$), tal como sucede no estudo de Molina (2002) e no estudo conduzido pelo Serviço de Adopções do Porto nos anos entre 1988 e 1997 (CRSS Norte/SSR Porto). A escolaridade dos pais ($r = -0,08$; n.s.), e o sexo da criança ($t_{(63)} = -0,34$, n.s.) em nada determinam o tempo da transição. No estudo de Salvaterra e Veríssimo (2008), os dias necessários para a transição são determinados pelas características das crianças e dos pais.

Relativamente ao lugar em que decorreram os primeiros contactos entre a criança e a família, salientam-se a instituição, a família de acolhimento, e contextos quer formais como o Serviço de Adopções e pré-escola, quer informais, parque, praia, centro comercial e jardim zoológico. As pessoas presentes são por norma a criança, os adoptantes, a equipa de adopções e a equipa da instituição ou a família de acolhimento.

Os sentimentos inerentes ao primeiro momento em que os pais viram a criança pela primeira vez, são em esmagadora maioria, positivos (95,5%), o que vai de encontro à perspectiva de Ferreira et al. (2004). Tal é facilmente justificável porque naquele momento os pais têm finalmente a criança tão desejada perante si. Apenas 4,5% dos pais associou aquele momento, a sentimentos negativos, de medo e a ansiedade face ao futuro.

Quadro 3. Descrição dos pais do 1º momento em que viram a criança:

Foram os dias mais felizes da minha vida. Era o mundo cor-de-rosa. Não me preocupei com mais nada.

Momento indescritível, semelhante ao parto, muito emocionante. Emoção muito muito grande.

Sentimento de ternura, pedia a Deus que fosse saudável. Sentimento de satisfação. No 1º dia ainda colocamos em dúvida se seríamos os pais ideais, se saberíamos educar. Foi muito giro, já tínhamos o quarto arranjado com bonecos, já tínhamos ido comprando ao longo dos 6 anos.

Não dá para descrever, foi algo muito lindo, ver o menino a descer as escadas e a olhar para nós.

Amor, carinho. Fiquei rendida. Momento de felicidade.

A nível emocional é um desgaste muito grande; é a decisão, uma pessoa chora, ri, e as conversas são emocionalmente muito intensas.

Um choque de felicidade e emoção.

Ficamos contentes. Muito felizes e muita emoção.

Estava na Lua, momento mágico, não sei explicar.

Sem palavras, muito bonita.

Indescritíveis, grande felicidade.

Sentimo-nos emocionados e sentimos uma descompressão.

Mistura de muitas coisas, alegria e felicidade indescritível.

Foi muito bom, muita carência de parte a parte.

Das 34 crianças entrevistadas, 15 têm memória do momento em que viram os pais pela primeira vez. Algumas descrições que as mesmas fazem do momento incidem mais nas actividades realizadas, do que propriamente nos sentimentos como aconteceu com os adultos, ou seja, as memórias centram-se em objectos e actividades específicas.

Quadro 4. Descrição das crianças do 1º momento em que viram os pais:

Eles deram-me uma bola que agora está com um primo, também deram outro brinquedo para andar na terra.

Estavam com a cadelinha no colo, foram ao Jardim Zoológico, o pai pegou nela para não cair na parte dos hipopótamos, os tratadores estavam a cuidar deles e estavam a dar palha. Andei num baloiço. Fomos almoçar ao shopping, nós ficamos numa mesa e a Técnica do Serviço de Adopções, ficou noutra mesa. Comi pizza, a mãe comida típica e o pai uma francesinha. Depois cada um seguiu o seu caminho, fui com as Dras. para a família de acolhimento e os meus pais para casa.

Eles vieram lá num parque, estão aqui uns senhores que vos querem Passeamos. E eles vieram e levaram uma cana de pesca e pescaram.

Lembro-me que estava a brincar, a professora disse para eu parar e ir lá baixo e estavam lá os meus pais e a minha irmã, e deram-me uma mota do homem-aranha que ainda tenho.

A Técnica do Serviço de Adopções trouxe-me aqui, estavam a pintar a casa por fora, a minha mãe foi-me mostrar a casa para eu ver onde é que ia dormir.

Eles foram lá, estivemos a conversar, depois viemos com eles, e que depois nos iam levar outra vez e assim foi.

Foi no dia 14 de Novembro. Eu pensava que a nossa mãe tinha 60 e tal anos e que era a assistente social. Ela era uma pessoa feliz e alegre.

O meu pai começou a jogar à bola comigo; eu agarrada à boneca que me deram; o X (menino da família de acolhimento) a olhar para nós.

Fomos para uma carrinha, depois fomos para X (uma cidade). Estivemos numa sala onde tinha jogos e depois viemos para aqui.

Ela esteve na festa de despedida, depois fui a casa dela para ver a casa e depois voltei para a instituição. E depois no dia a seguir já dormi em casa da minha mãe.

Eles foram-me buscar à 1ª sala e depois começaram a brincar comigo, depois perguntaram se

queria ir para casa deles e eu quis, fiquei muito contente.

Fiquei logo contente e quis ir almoçar com eles.

Por ser menor. Porque são desconhecidos, entrei em pânico. A outra família já era de confiança.

Foi à porta de casa. Lembro-me de vê-los à porta e eu estava a chegar e depois eu fugi.

Tinha 9 anos, eu andava de um lado para o outro e já lá estava o meu pai e eu fui chamar o sr. Padre para os atender. Depois conheci-os e quis ir almoçar com eles,

Apresenta-se de seguida, segundo a memória das crianças, as actividades realizadas no primeiro dia em família. Conclui-se que são actividades essencialmente ao ar livre e, facilitadoras da interacção entre os pais e as crianças. As memórias e pormenores associados variam de acordo com a idade das crianças, pelo que crianças adoptadas com uma idade mais elevada têm memórias muito precisas.

Quadro 5. Actividades realizadas no 1º dia:

Fomos todos dar um passeio (eu, amigos e pais – um passeio a pé). A Dra. ficou a trabalhar.

Passeamos, brincamos e pescamos.

Conversamos, estivemo-nos a conhecer porque eu não os conhecia e pensava que ia ficar lá preso para sempre.

Ela (a mãe) ensinou-nos a fazer magia.

Brincamos.

Tomamos um chá, fomos a um restaurante.

Fomos a um parque.

Brincamos na instituição, vimos outros meninos.

Pediram-me para estar lá sem problemas e eu acalmei-me mas quando me disseram que eu ia passar uns dias com eles eu voltei a chorar porque eu via aquela casa como a minha família.

Depois do primeiro encontro com os pais, as crianças em geral, aguardam ansiosamente um novo contacto. Por norma este aconteceu, para as que se recordam, no dia seguinte ou passados dois dias. Uma criança referiu que só voltou a ver os pais na semana seguinte. Nestes primeiros contactos acontece com frequência ser oferecido um brinquedo à criança, quase todas tiveram memória de qual foi o brinquedo e ainda o guardam consigo “*tivemos prendas: 2 carros telecomandados, 2 bolas de futebol, 2 ovos kinder grandes...*”.

Esta etapa termina com a chegada definitiva e permanência da criança a casa da família adoptiva, seguindo-se uma nova etapa: a integração.

3.4. A integração – primeiro ano de vida da criança na família adotiva

Relativamente à chegada a casa são 16 as crianças que têm memória desse momento. Para quatro a casa era como tinham imaginado, para onze, não era e uma criança não tinha imaginado como seria a casa. A maior parte das crianças atribuiu adjetivos positivos à casa: “bonita”, “muito grande”, “linda”, “fixe”, “enorme pensei que era um hotel”, “boa”, “gira” “tinha muito espaço para brincar”, “gostei mas tinha um gato e tinha medo”, à excepção de duas que a consideraram “normal” e “nada de especial, era pequena”.

Algumas crianças também recordam com muita precisão a forma como estava preparado o quarto à sua chegada. Assume-se que é importante que as crianças tenham este espaço preparado. Foi muito enfatizado pelas crianças participantes que sentiam que ao ter um quarto só para elas estavam a preencher um espaço que era predestinado para si, o lhes fazia aumentar o sentimento de pertença naquele contexto. Este dado reveste-se de especial importância para a preparação a ser feita junto dos Pais acerca da chegada da criança.

Quadro 6. Descrições das crianças sobre o quarto:

Era igual só que o sofá tinha outras coisas, tinham alguns brinquedos à espera, não tinha estas cortinas, tinha outras amarelas.

O quarto era velhinho, tinha cama de casal, papel de parede amarelo, não tinha muitos brinquedos para não estragar. Era um quarto para idosos, depois é que fomos comprando. Tinha madeira escura, cortinado vermelho, decoração católica e bonecas de porcelana.

Tinha brinquedos, tinha cortinas do Faísca Mcqueen. Era o mesmo quarto para os dois só que camas separadas.

Estava cheio de prendas!

Era limpinho. Eu dormia com o meu irmão. Agora não, tenho um quarto. Não tinha brinquedos ainda. Fui eu com a mãe e o irmão que escolhemos as coisas para o quarto.

Um quarto muito grande, muitos peluches e era branco.

Não tinha brinquedos. Era o quarto do X. Tinha cama, bonecos e balões.

Tinha bonecos, dizia o meu nome na parede, era cor-de-rosa; Tinha muitos brinquedos e eu gostei muito!

Ainda não o tinha, mas agora já tenho, e é grande...

Era com esta cama, tinha o meu ursinho...

Dormia no quarto mais perto dos meus pais para me sentir seguro, mas mesmo assim não me sentia seguro.

Acerca dos primeiros tempos em casa, 52,9% das crianças referiu que ambos os pais permaneceram com elas, para 35,3% foi a mãe quem ficou e para 11,8% o pai. Praticamente todas as crianças (92,9%) mudaram de escola quando vieram para junto da

nova família, o que se percebe até porque por norma está associada uma mudança de espaço geográfico.

Das 31 crianças se recordam do *momento em que passaram a chamar Pai e Mãe*, 80,6% disseram que sempre chamaram pai e mãe aos pais adoptivos. Algumas crianças têm a memória exacta do momento em que isso aconteceu. Este passo é importante, mas assume-se que deva ser dado o tempo à criança e à família e não deve ser forçado. Irá acontecer quando ambos os protagonistas se sentirem prontos.

Quadro 7. Como e quando as crianças chamaram pai e mãe:

<i>Logo no 1º dia em que me foram buscar para vir para casa.</i>
<i>Chamava Dra. e Dr. na 1ª semana não estava habituada à ideia de serem meus pais. Sei que foi na 1ª semana, lembro-me que queria chamar papá e mama, mas eles não gostavam, então tratei-os por pai e mãe.</i>
<i>A mãe foi quando o telefone tocou eu disse “X o telefone está a tocar” e ela disse “Não é X, é mãe”, o pai também andava ajardinar e também disse que não era N mas sim pai.</i>
<i>A mãe, primeiro chamava X, e uma vez queria chamar por ela e chamei mãe, foi aos 5 anos; O pai também o tratava por N, e uma vez respondi “pai já vou”, aos 5 anos e meio.</i>
<i>A mãe foi na segunda noite, e acho que o pai também.</i>
<i>Eu comecei a chamar mãe primeiro que o meu irmão.</i>
<i>Foi a minha irmã que começou e depois comecei eu. Mesmo assim ainda demorou mais ou menos 6/7 meses a chamarmos. Fizemos uma “proposta” com a mãe que era sempre que lhe chamássemos X ela não nos ligava e foi assim que nos fomos habituando. Mas ao meu avô chamei logo avô no 3º dia que vim para aqui.</i>
<i>Logo que vim para casa.</i>
<i>Foi no dia de Natal.</i>
<i>Tive um bocado de vergonha, mas chamei quando eles me adoptaram, no dia em que fui para casa. Antes não tinha coragem, chamava pelos nomes.</i>

Relativamente aos elementos facilitadores da integração da criança, é patente a sua diversidade. O quadro 7 apresenta o grau, numa escala de 4 pontos, em que cada elemento contribuiu para o sentimento de pertença da criança à família.

Quadro 8. Elementos que ajudaram na integração das crianças (perspectiva da criança):

	N	Mín	Máx	M	D- P
Os teus pais dizerem-te que te amavam.	32	3	4	3,91	0,30
Os teus pais dizerem que nunca te abandonariam.	32	3	4	3,81	0,40
Conheceres o resto da família.	31	2	4	3,55	0,62
Teres uma vida organizada em casa.	31	2	4	3,48	0,68
Participares nos planos familiares.	31	2	4	3,45	0,72
Os teus pais chamarem-te filho.	31	1	4	3,44	0,91
Teres feito amigos novos.	28	2	4	3,39	0,79
Frequentares uma nova escola.	28	1	4	3,29	0,94

A leitura do quadro anterior, evidencia que os pais reforçarem e verbalizarem que amam a criança é um elemento importante que acentua e facilita a sua integração familiar (Rosas Mundaca, et al., 2000). O ter uma vida organizada e permitir que a criança faça parte da definição de planos familiares é, tal como na investigação de González et al., (2001), outro factor importante. De acordo com a teoria outros componentes relevantes são as fotografias de família e os segredos familiares e claro um espaço de comunicação aberta onde a criança se sinta confortável para abordar qualquer assunto (González et al., 2001; Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005; Rosas Mundaca, et al., 2000).

No que diz respeito ao anúncio que os pais fizeram da chegada da criança, 94% dos participantes refere que informou os restantes familiares e amigos. A reacção dos mesmos foi positiva para igual percentagem, porém 6% dos familiares reagiram mal face à chegada da criança. A reacção dos vizinhos foi maioritariamente positiva (97%). De referir que os familiares que reagiram mal à chegada da criança têm tendência a ser aqueles que reagiram igualmente mal quando os pais comunicaram a intenção de adoptar ($\chi^2_{(2)} = 23,51$; $p < 0,001$). Estes dados são convergentes com resultados encontrados noutros estudos (Fernández & Fuentes, 2001; Molina, 2002; Palacios et al., 1996). O valor elevado das percentagens de aceitação da adopção pelos outros pode ser entendido como uma evidência de que a adopção está efectivamente a ser alvo de uma crescente aceitação social (Brodzinsky & Schechter, 1990; Brodzinsky, Schechter, Braff, & Singer, 1984; Domingo, 2004, 2006, 2008; Limiñana & Bueno, 2001; Molina, 2002; Montané, 1996; Palacios, 2009; Palacios, Sánchez-Sandoval, & Espinosa, 1996; Palacios, León, Sánchez-Sandoval, Amorós, Fuentes, & Fuertes, 2006; Potes, Bandola, Real, & Ferreira., 2006; Sá & Cunha, 1996).

Das 11 crianças rejeitadas, 4 são-no por avós, 3 pelos tios, 2 por tios e primos e 2 por toda a família paterna. Contudo, apenas 3 se apercebem dessa rejeição e a sua reacção, para uma é de tristeza e para as outras duas é de indiferença.

Embora as pretensões dos pais sejam para crianças saudáveis, no momento de chegada, mais de metade das crianças (59,7%) apresentava problemas de saúde (ex. atraso de desenvolvimento, enurese ou encoprese, dificuldades de alimentação e de sono). A gravidade dos problemas, para 42,5% das famílias foi considerada ligeira, 30% gravidade média e 27,5% dos problemas foram considerados como severos.

Durante a fase de integração das crianças, 44,8% dos pais sentiu receio de que a criança fosse reclamada pelos pais biológicos e 40,3% teve medo que a criança pudesse vir a ser procurada pela família biológica, verificando-se uma associação significativa entre a distribuição das duas variáveis ($\chi^2_{(1)} = 41,82$; $p < 0,001$), sendo que quem tem mais receio da criança ser reclamada é quem tem mais receio que também seja procurada

Este medo da intervenção da família biológica não está relacionado com a escolaridade dos pais uma vez que existe indistintamente em todos os níveis de escolaridade ($\chi^2_{(2)} = 4,17$; n.s.). Assim, podemos concluir que os pais, qualquer que seja a

escolaridade, têm receios que supostamente não deveriam ter, na medida em que a sentença de adoção determina a filiação definitiva da criança à família adoptiva e constitui uma medida irrevogável. Talvez seja um ponto que deva ser reforçado na preparação das famílias, para assim lhes proporcionar maior segurança.

Para a quase totalidade dos pais, a integração da criança na sua família adoptiva decorreu de modo muito satisfatório. De salientar que apenas um caso é referido como uma situação particularmente difícil: Trata-se de uma criança adoptada com 4 anos e meio tendo vivido desde os 6 meses em família de acolhimento, e que manifestou dificuldades notórias de interiorização de regras, de aquisição de hábitos alimentares e que desconhecia o que eram “desenhos animados”. Estes resultados positivos são igualmente reforçados pela investigação de Palacios e colaboradores (1996), onde se constata que não surgiram problemas na fase de integração em mais de 60% das crianças participantes.

Das 67 figuras parentais, 24,5% sentiram dificuldades pessoais na fase inicial da integração da criança. Essas dificuldades centraram-se principalmente na relação com a criança (14,9%); problemas de saúde da criança (4,5%), relações dentro da família (3%), relações com vizinhos e amigos e problemas no trabalho para 1,5%. Estes dados vão de encontro dos estudos que referem que este primeiro ano de vivência familiar é envolto no aparecimento de alguns problemas e dificuldades (Mascarenhas & Alarcão, 2002; Parrondo-Creste, 2007).

A resolução dos problemas evocados na fase de integração da criança remeteu para que os pais recorressem ao apoio mútuo entre o casal (36,7%), ao recurso a apoio profissional (30%), e ao apoio familiar (20%) e apenas 13,3% dos pais referiram não ter tido qualquer tipo de apoio. Note-se que, no presente estudo, o grau de comunicação no casal era geralmente alto e muito alto (87,9%) e que apenas para 12% a comunicação era fraca ou muito fraca. O que pode explicar o apoio mútuo como preferencial. O segundo tipo de ajuda evocado pelos pais participantes foi o recurso ao apoio profissional, o que pode ser atribuído à quantidade algo relevante de problemas de saúde que existiam nas crianças participantes. Na investigação de Palacios e colaboradores (1996), o tipo de apoio mais procurado pelos pais foi o profissional, seguindo-se o apoio mútuo, sendo que apenas 4% dos pais recorreu ao apoio dos serviços de adopção.

Após um ano de convivência com a criança, na maioria das famílias verificaram-se mudanças a vários níveis, sendo que para a grande maioria as crianças evoluíram positivamente como se pode verificar no quadro abaixo. Esta evolução aconteceu nos vários estudos revistos, quer nos que referiam que as crianças tinham mais ou menos dificuldades, a tendência era sempre a de evoluírem muito positivamente (Berástegui, 2007; Domingo, 2008; Fernández, 2004; Molina, 2002; Palacios, 2007a). Estes dados podem ser interpretados à luz da eficácia da adopção enquanto medida de protecção: “uma das

melhores coisas que pode acontecer às crianças que necessitem de estar sob tutela e protecção pública é ser adoptadas” (Palacios et al., 1996, p. 158).

Quadro 9. Tipo de mudanças após um ano de vivência em família:

	Para melhor		Para Pior		Ausência de Mudanças	
Saúde e Crescimento	59	88,1%	1	1,5%	7	10,4%
Desenvolvimento Psicológico	58	86,6%	1	1,5%	8	11,9%
Relação com outros familiares	57	85,1%	1	1,5%	9	13,4%
Relação com outras crianças	55	82,1%	2	3%	10	14,9%
Adaptação escolar e rendimento académico	47	81%	5	8,7%	6	10,3%

Ao longo do percurso de integração da criança, dois pais repensaram a continuação da relação com a mesma. Trata-se de duas famílias diferentes. Uma já foi referida anteriormente porque, é a criança que se adaptou muito mal à nova situação familiar pelos motivos supramencionados. A outra família que repensou a continuação da relação com a criança, referiu que esta foi adoptada numa “idade tardia”, aos 8 anos e que *“não foi uma situação fácil até porque a criança tinha estado muitíssimo tempo em família de acolhimento e estava integrada no funcionamento e rotinas da outra família”*. São apenas duas situações mas não podemos menosprezar a semelhança entre alguns elementos, como o facto de as crianças terem vindo de família de acolhimento e acima de tudo terem permanecido junto das mesmas durante longos anos.

Antes de mais, é de salientar a importância que as famílias de acolhimento assumem junto das crianças, pois são o modelo que elas vivenciam enquanto família, uma vez privadas da família biológica. A esta responsabilidade deveria estar associada a necessária a formação e selecção intensiva das mesmas, como aliás está estabelecido por lei (Diário da República, 1ª série – nº 12 de 17 de Janeiro de 2008).

A fim de dispor de um indicador geral de integração, foi derivada uma nova variável a partir das variáveis relativas às mudanças ocorridas após um ano, ao nível da saúde da criança, desenvolvimento psicológico, relação com outros familiares e outras crianças e a adaptação escolar e rendimento académico. Este índice varia entre um mínimo de 1 – nada integrada e um máximo de 3 – bem integradas, apresentando um valor médio de 2,82 (D-P= 0,35).

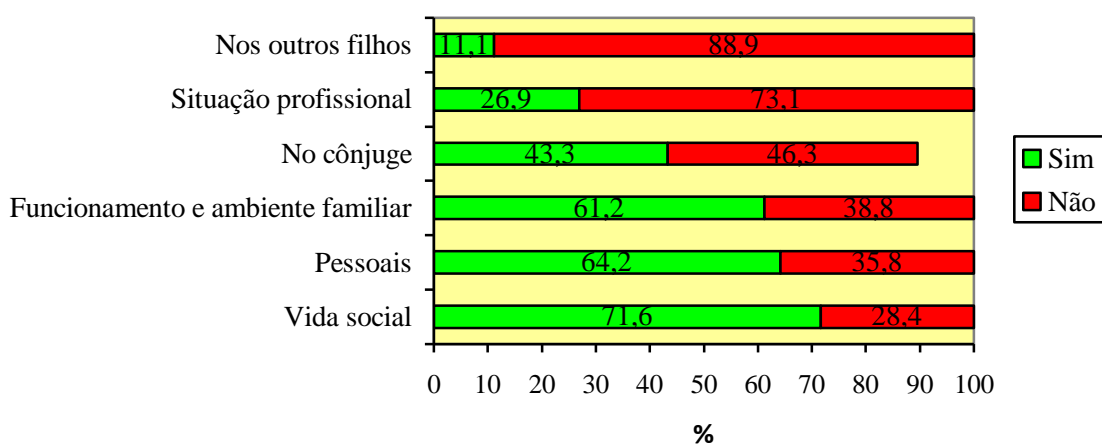
Com objectivo de identificar as variáveis associadas ao índice de integração, procedeu-se ao cálculo de correlações bi-variadas com a idade actual da criança e com a idade de adopção, tendo-se verificado ausência de correlação ($r=-0,01$, n.s. e $r=0,06$, n.s. respectivamente). O impacto do sexo da criança, bem como a permanência anterior à adopção em acolhimento familiar ou institucional, foi pesquisado através de um teste t para amostras independentes, tendo-se verificado que os grupos de crianças definidos em função

de cada uma destas variáveis não apresentavam diferenças estatisticamente significativas entre os valores médios de índice de integração ($t_{(64)} = -0,49$, n.s. e $t_{(65)} = 0,49$, n.s.).

Na mesma linha, o tempo de espera vivido pelos pais antes da chegada da criança não está relacionado com o índice de integração da criança ($r = 0,025$; n.s.), o que leva a pensar que o tempo decorrido entre a selecção e a chegada da criança não constituiu um período de preparação para a parentalidade adoptiva, mas apenas uma espera passiva por um contacto do Serviço de Adopções.

No que concerne a perspectiva dos pais acerca da fase de integração da criança, foram analisadas as mudanças ocorridas na sua vida a vários níveis, desde a situação profissional à vida familiar em geral. O gráfico seguinte traduz a percentagem de mudança ocorrida nas diferentes áreas de existência dos pais.

Gráfico 3. Mudanças com a chegada da criança:



Estes dados são convergentes com os de Amorós, (1987) e Triana e Simón (2004).

Quanto ao intervalo de tempo necessário para a plena integração da criança na família adoptiva, segundo a percepção dos pais, verifica-se uma dispersão de resultados, variando entre um mínimo de 1 dia (13,4% das crianças) a um máximo de 2 anos. Trinta e quatro por cento das crianças necessitaram de 3 dias para estarem completamente integradas, 17,9% necessitou de 1 semana, 11,9% de 2 meses e 22,4% mais de 2 meses. Cerca de 66% das crianças participantes são referidas como se tendo integrado na família em apenas uma semana ou menos. Este dado é significativamente inferior aos indicados noutros estudos. Ward (1981, *cit in* Molina, 2002) aponta um intervalo de um mês, O'Hara (1991, *cit in* Molina, 2002) refere 2 anos e Palácios e colaboradores (1996) indica os primeiros três meses como tempo de integração. De facto, por mais pequena que seja a criança, oferece-nos uma reflexão os pais pensarem que é viável esta adaptação ocorrer num tão curto espaço de tempo.

A idade de adopção da criança correlaciona-se positiva e significativamente com o tempo de integração ($r = 0,40$; $p = 0,001$), crianças mais velhas precisaram de mais tempo para se integrarem na família, dado convergente com outros estudos (Barth & Berry, 1988 *cit in* Fernández & Fuentes, 2001; Brodzinsky, Lang & Smith, 1995; Levy-Shiff 2001; Rosenthal, 1993).

Pelo contrário, o tempo de integração não vai depender do sexo da criança ($t_{(64)} = -0,49$, n.s.), dado convergente com os estudos de Festinger, (1990) e Zwimpfer (1983 *cit in* Fernández & Fuentes, 2001). O grau de escolaridade dos pais também não está associado ao tempo de integração ($r = -0,02$).

3.5. Adaptação actual

Actualmente as 67 crianças da amostra têm uma média de cerca de 9 anos de idade ($M = 9,3$; $D-P = 2,53$) e têm em média 5,94 anos de adopção ($D-P = 2,12$), variando entre um mínimo de 2 anos e um máximo de 14.

À excepção de duas famílias que consideram que os seus filhos estão apenas “bastante adaptados” na família, todas as outras disseram que as crianças o estavam plenamente.

Quando questionamos as 32 crianças entrevistadas sobre como se sentem por ter sido adoptadas, duas referiram estar muito infelizes, outras duas infelizes, nove afirmaram-se felizes e a maioria, 19 crianças, avaliou-se como muito felizes.

Fazendo a comparação com os pais, todos eles referiram que os seus filhos se sentiam felizes ou muito felizes por terem sido adoptadas, o que se presume que as 4 figuras parentais das 4 crianças que estão infelizes ou muito infelizes não têm percepção dos sentimentos dos filhos.

A idade actual da criança, bem como a idade de adopção não têm impacto no sentimento da felicidade que a criança sente relativamente à adopção, na medida em que não se encontraram diferenças significativas entre o grupo de crianças felizes e infelizes ($t_{(30)} = -1,63$, n.s. e $t_{(30)} = -0,92$, n.s., respectivamente).

Em relação à vivência junto da família adoptiva, das 32 crianças, 5 (15,6%) referiram que em algum momento sentiram medo que os pais não quisessem mais ficar com eles. *“Quando a minha mãe se zanga comigo porque faço asneiras – Peco-lhe desculpa”*; *“Quando eu me portava mal e faziam queixa à minha mãe, ela chorava e dizia “O ...tu vais para o Centro”. “E também ir à policia entregar-me. Disse por favor e pedi desculpa. Estou sempre a dizer que tenho medo que eles me levem...”*; *“Eu pergunto-lhes todos os dias se gostam de mim.”*; *“Só me lembro quando a minha avó disse que se os meninos vinham também podiam ser enviados para a instituição. Se me portasse mal, voltava para onde estava”*.

A percentagem encontrada é um valor bastante inferior ao obtido na amostra de Molina (2002), na qual a percentagem de crianças que sentia, medo de perder esta família era de 41%. No actual estudo, apenas 3 crianças falaram com os pais sobre esse medo: *“Eles disseram que isso nunca ia acontecer*

Tendo em vista conhecer o sentimento de pertença definitiva á família que a criança experienciava, foi analisado o tempo evocado pelas crianças para sentirem que “aqueles seriam os seus pais para sempre”, bem como foram explorados os elementos que contribuíram para esse sentimento de pertença. Aspectos como “ter chegado a casa”, ter um quarto só para si, o facto de os pais não os maltratarem, o carinho e amor prestados foram factores referidos pelas crianças como essenciais para se sentirem seguros. Apesar de a maioria das respostas ser positiva, para algumas crianças ainda demorou algum tempo até atingirem o nível de segurança desejado, o que pressupõe a vivencia do tempo anterior como de grande ansiedade. No entanto, mais preocupante é existirem duas crianças que, na actualidade ainda não sintam que estes poderão ser os seus pais para sempre.

Quadro 10. Como e quando percebeste que estes seriam os teus pais para sempre:

Logo no 1º dia que comecei a sentir isso. Quando me trouxeram para casa.

O carinho deles fez-me ter certeza. Desde que vim viver cá para casa tive a certeza que me queriam para sempre. Até porque não foram esquisitos na escolha.

Comecei a ver que eles me davam muito carinho e amor, e quando fazia asneiras eles não berravam logo comigo. E davam-me educação.

Foi desde que comecei a passar mais tempo com eles, a falar mais com eles, e tratavam-nos bem, e passeavam e a forma como falavam connosco.

No primeiro dia que eu cheguei cá. Tinha um quarto só para mim.

Foi a seguir quando chamei pai e mãe e passado uns tempos comecei a pensar que iriam ser sempre os meus pais para sempre. Porque antes pensei que era só uns dias que ia ficar, depois passou muito tempo e não fui embora, então vi que ia ficar.

No 1º dia medo, a partir do momento em que vim dormir já não tive mais medo, porque gostavam de mim.

A partir dos 4/5 anos mais ou menos. Porque vi que nunca mais ia sair desta casa.

Desde sempre.

Desde que vim para aqui. Porque ela disse que se nos quiséssemos podia ser nossa mãe. Se queria é porque queria mesmo.

Passado pouco tempo de vir para aqui. Os pais eram simpáticos.

Desde o dia em que lhe chamei mãe. Foi no Natal, foi Jesus que me deu certeza.

Quando passou algum tempo já tive a certeza.

Eu tive desde que vim para cá, não sabia que era adoptada, depois quando soube tive certeza que estes eram meus pais verdadeiros e para sempre.

Tratavam-me muito bem, sempre me senti bem e seguro com eles.

Quando percebi que quando a minha mãe me batia era para o meu bem.

Desde o primeiro dia em que dormi cá, porque eles trataram-me bem.

Não tenho a certeza.

Desde nunca, ainda não tenho a certeza.

A fim de operacionalizar o estado actual da criança adoptada, foi derivada uma nova variável a partir da percepção dos pais do estado de saúde e crescimento actual da criança, do seu desenvolvimento psicológico, da sua relação com o pai, com a mãe, com os irmãos, com os outros familiares e crianças, da adaptação e do rendimento escolar da criança, em que cada um destes indicadores variava entre um mínimo de 1 e um máximo de 4, num contínuo entre muito mal e muito bem. Os valores obtidos variaram entre 2,5 e 4 com uma média de 3,58 (D-P= 0,39) evidenciando que actualmente as crianças estão bem ou muito bem.

O estado actual da criança está fortemente correlacionado com o grau de satisfação actual dos pais em relação às características dos filhos ($r = 0,51$; $p < 0,001$), quanto melhor estão as crianças mais satisfeitos estão os pais. Quase a totalidade da amostra (98,1%) está satisfeita ou muito satisfeita com as características actuais das crianças dado convergente com os estudos revistos (Berástegui, 2005; Palacios et al., 1996; Ferreira et al., 2004).

A avaliação que os pais fizeram da evolução das crianças desde o momento de chegada até ao momento actual foi deveras positiva, as crianças evoluíram praticamente todas para melhor ou muito melhor aos vários níveis: de saúde, capacidade intelectual, resultados escolares, capacidade de se relacionar com os outros, e o desenvolvimento global da criança. A percepção dos pais relativamente a estes indicadores desenvolvimentais conduziu a derivação de uma nova variável que operacionaliza a evolução da criança desde que foi adoptada.

O valor médio da evolução da criança foi de 3,54 (D-P = 0,46), variando entre um mínimo de 2,2 e um máximo de 4. A variável relativa à evolução da criança está moderadamente correlacionada ($r = 0,43$; $p < 0,001$) com a variável relativa ao estado actual da criança, sendo que as crianças que mais evoluíram são aquelas que estão melhor actualmente.

O quadro 11, abaixo apresentada, indica a percepção dos pais de quais são os factores com maior influência no comportamento actual da criança. Da leitura deste quadro, verifica-se que a influência das experiências na família adoptiva é a variável que apresenta a média mais elevada sendo a influência dos antecedentes genéticos e das experiências prévias da criança as variáveis com média mais baixa. Note-se que nalguns estudos pesquisados algumas famílias tinham tendência a explicar os comportamentos das crianças com a sua experiência passada (Domingo, 2008; Molina, 2002; Soler, 2007).

Quadro 11. O que influencia e quanto o comportamento actual da criança segundo a percepção dos pais:

	N	Mín	Máx	M	D-P
Influência das experiências na família adoptiva	67	1	4	3,64	0,60
Influência da escola	67	1	4	2,91	0,92
Influência dos amigos e do local de residência	67	1	4	2,85	0,96
Influência das experiências prévias à adopção	67	1	4	2,18	1,17
Influência dos antecedentes genéticos	67	1	4	2,01	0,98

O quadro seguinte apresenta os valores dos índices de correlação obtidos entre a variável relativa à percepção dos pais do estado actual da criança e as variáveis relativas à percepção do impacto de diversos factores no comportamento da criança.

Quadro 12. Correlação entre o estado actual da criança e variáveis relativas à percepção dos pais da influência sobre o comportamento da criança:

	Estado Actual	Inf. dos antecedentes genéticos	Inf. das experiências prévias à adopção	Inf. das experiências na família adoptiva	Inf. dos amigos e local de residência	Inf. da escola
Estado Actual	1,000	-0,42**	-0,28*	0,20	-0,01	0,13

* $p < 0.05$

** $p < 0.001$

Da leitura do quadro 12 verifica-se que a variável relativa à influência dos antecedentes genéticos apresenta uma correlação moderada, negativa, significativa, com o estado actual da criança tal como percebido pelos pais. Ou seja, quanto melhor o estado actual da criança, menos é reconhecida influência dos antecedentes genéticos da criança.

Do mesmo modo, a variável relativa à influência das experiências prévias à adopção apresenta uma correlação fraca, negativa, significativa, evidenciando que as crianças cujos pais percebem como tendo um melhor estado actual são aquelas cujos pais têm tendência a considerar que a influência das experiências prévias à adopção é menor. As variáveis relativas à influência da criança na família adoptiva e da escola apresentam correlações fracas, positivas, não significativas com o estado actual da criança.

Relativamente aos recursos consultados para auxiliar as crianças, observa-se que os pais quase nunca recorrem aos serviços profissionais, dado que se obtém uma média de 1,42 (D-P= 0,48), variando entre um mínimo de 1 e um máximo de 4. Os serviços aos quais estamos a fazer referência são: serviços médicos, psicológicos e consulta aos professores. A variável relativa ao recurso a profissionais está significativamente correlacionada com a percepção que os pais têm do estado actual de como estão as crianças, quanto mais

percepção têm de que as crianças estão bem, menos consultam os serviços ($r = -0,62$; $p < 0,001$).

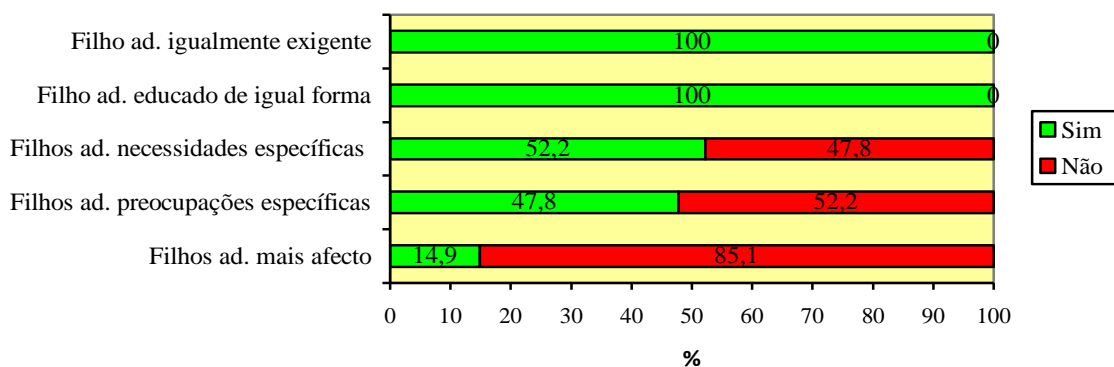
No que diz respeito à percepção que os pais têm da semelhança ou diferença entre a parentalidade adoptiva e biológica, verifica-se que das 52 famílias participantes apenas 2 se consideraram diferentes das famílias tradicionais, mas explicam essa diferença pela positiva dizendo que são famílias muito mais unidas do que as famílias tradicionais. Contudo, quando questionamos as famílias sobre aspectos em que é mais difícil ser pai adoptivo do que biológico, o número aumenta para 19, existem 28,4% de figuras parentais que consideram que ser pai adoptivo é mais difícil. Leva a questionar até que ponto serão então semelhantes ou diferentes as famílias. De facto, se há aspectos em que é mais difícil ser pai ou mãe adoptivo, é porque a esta forma de parentalidade e à adopção em si estão inerentes especificidades como refere Palacios (1998).

Dos 19 pais que consideraram mais difícil ser pai adoptivo esta dificuldade está relacionada com as dificuldades que estas famílias têm com a integração e adaptação das crianças (para 42%), com a temática da revelação e passado da criança (42%) e com dificuldades que estão subjacentes ao meio exterior como por exemplo, as reacções das outras pessoas (para 15,8%). Quer a integração e adaptação da criança, quer a revelação e comunicação sobre a adopção, quer o confronto com o olhar e atitudes dos outros, constituem temáticas essenciais na preparação para a parentalidade adoptiva. A formação deverá ser uma ferramenta para capacitar mais estes pais, para que, quando a criança chegar às suas vidas consigam lidar com os desafios ainda de uma forma mais adequada.

Ainda tendo por referência a comparação entre a família adoptiva e a tradicional, quatro figuras parentais consideram que por terem um filho adoptivo surgiram problemas que não surgem nas outras famílias: *“O facto de olharem para o meu filho por ser de cor...e também por causa das dúvidas das crianças”*; *“Questões sobre a adopção.”*

O gráfico 4 indica em que medida os pais entrevistados consideram que os filhos adoptivos são semelhantes ou diferentes dos filhos adoptivos.

Gráfico 4. Comparação entre os filhos adoptivos e os filhos biológicos:



A leitura do gráfico, permite considerar que tanto ao nível da exigência como da educação, os pais pensam que se deve agir de igual forma, com um filho adoptivo e com um filho biológico. Porém 52,2% consideram que os filhos adoptivos têm necessidades que os biológicos não têm. Essas necessidades são essencialmente a nível emocional, para 70,6% e necessidades em conhecerem o seu passado, para 29,4%. Ao nível das preocupações também 47,8% consideram que os filhos adoptivos têm preocupações que os filhos biológicos não têm. As preocupações prendem-se com questões emocionais (56,2%), do passado (28,1%) e com as reacções das outras pessoas (15,6%).

Segundo a avaliação dos pais, estes dados são convergentes com os obtidos no estudo de Palacios et al., (1996), que evidenciou que as crianças adoptadas e não-adoptadas têm mais de semelhante do que de diferente.

Os pais parecem ainda reconhecer que quando existem diferenças, estas se centram nas necessidades emocionais dado que é convergente com a literatura (Fries & Pollack, 2004). Estas necessidades estão em grande parte relacionadas com as experiências prévias à adopção (Palacios, 2007b).

Alguns pais (14,9%) ainda referem que se deve dar mais afecto aos filhos adoptivos e justificam este facto assim: *“Para se sentirem mais acarinhados.”*; *“Na fase inicial de integração”*; *“Para compensar o que está para trás que marca mais a carência.”*; *“Circunstanciais, história de vida passada com falta de carinho.”*; *“Questões relacionadas com a adopção”*.

Três figuras parentais referiram ainda que, quando a criança faz algo que não lhe agrada pensa que este comportamento é consequente da adopção, acontece pelo facto da criança ser adoptada, tal como no estudo de Rosas Mundaca, et al., (2000). Todavia, a maioria dos pais discorda com nesta posição e atribui o comportamento da criança a outros elementos nomeadamente à própria personalidade da criança.

Do total de participantes, 6 figuras parentais reconhecem ter dito alguma vez às suas crianças que as iriam devolver, dos quais 4 disseram poucas vezes e 2 disseram bastantes vezes. Estes pais estão significativamente relacionados com os pais que avaliaram a sua vida familiar como mais difícil ($\chi^2_{(1)} = 5,86$; $p = 0,015$). Este é um comportamento que pode em muito causar insegurança na criança, evocar novamente sentimentos de abandono e rejeição e dificultar a sua integração e sentimento de pertença na família adoptiva. Trata-se pois de um aspecto a ser muito trabalhado na preparação para a parentalidade adoptiva, pelas consequências devastadoras que pode ter.

No momento actual das 67 figuras parentais, 20,9% gostariam de consultar algum serviço especializado em adopção. Das que disseram que não, a grande maioria referiu que, embora elas não sentissem necessidades neste momento presente, seria muito útil para o país existir um serviço especializado em pós-adopção.

A percepção de dificuldade da parentalidade adoptiva está associada com as diferenças que os pais referem que a criança tem em relação ao que imaginaram que seria a criança, ($\chi^2 = 6,79$; $p = 0,009$) tendo tendência a ser os pais que dizem que as crianças são muito mais difíceis do que o que imaginaram, aqueles que avaliam a sua tarefa também como muito mais difícil. Os pais terem expectativas realistas é importante para encararem com mais preparação as eventuais dificuldades.

Se pudessem voltar atrás no tempo 39 figuras parentais não alteravam nada, mas 28 mudariam. As mudanças destas últimas relacionam-se com o iniciarem o processo de adopção mais cedo (50%), alterar o tempo de espera (17,9%), adoptar crianças mais novas (14,3%), tinham mais contacto com o serviço de adopções (7,1%), alterarem o tempo de transição porque o consideraram demasiado curto (7,1%) e por fim 3,6% repensavam a adopção.

No momento actual todos os pais estão satisfeitos com a sua vida familiar o que é um indicador de que os pais juntamente com as crianças conseguiram contornar todos os desafios e dificuldades com sucesso. O que pode estar relacionado com a forma como os pais consideraram a consequência da adopção nas suas vidas. Apenas para 32,8% a vida familiar se tornou mais difícil como consequência da adopção. Quanto à felicidade, para a totalidade dos participantes, a vida familiar se tornou mais feliz (34,3%) ou muito mais feliz (65,7%). Todos consideraram que a repercussão da adopção nas suas vidas foi positiva ou muito positiva. Já em estudos mais clássicos, era esta a tendência dos pais, ficarem felizes e satisfeitos com a adopção, dizendo que fariam tudo de novo outra vez (Prater & King, 1988).

Preditores do estado actual da criança

Com objectivo de determinar quais os factores preditores do estado actual das crianças adoptadas participantes, procedeu-se a uma análise de regressão múltipla, segundo o método “stepwise”, o qual não supõe uma ordem previamente estabelecida pela qual as variáveis preditoras serão consideradas na análise. Este procedimento justifica-se pelo facto de se tratar de um estudo exploratório.

Nesta análise foi considerada como variável dependente a variável relativa ao estado actual da criança e como variáveis independentes a idade actual da criança, a idade de adopção, a escolaridade dos pais, a evolução da criança desde a adopção, a percepção dos pais sobre a influência das experiências prévias à adopção, a percepção dos pais sobre a influência das experiências na família adoptiva, a percepção dos pais sobre a influência dos antecedentes genéticos, a percepção dos pais sobre a influência da escola e a percepção dos pais sobre a influência dos amigos e vizinhança.

O quadro 13 resume os resultados obtidos na análise de regressão múltipla realizada.

Quadro 13. Regressão múltipla para predição da variável dependente estado actual da criança:

Variáveis predictoras	R ²	Δr^2	β	t	Modelo final
Evolução da criança.	0,19	—	0,43	3,89	F _(1,65) = 15,10*
Influência dos antecedentes genéticos.	0,32	0,13	-0,37	-3,55	F _(2,64) = 15,20*
Influência das experiências na família adoptiva.	0,37	0,52	0,23	2,28	F _(3,63) = 12, 52*

* p < .001

A leitura do quadro 13 permite apreciar que o modelo de regressão apresentado explica, melhor do que o acaso, a variável dependente relativa ao estado actual da criança. De facto verifica-se que a variável evolução da criança é uma variável significativamente preditora do estado actual da criança ($F_{(1,65)} = 15,10$; $p = 0.000$). Quando a variável influência dos antecedentes genéticos é acrescentada ao modelo, verifica-se que as duas variáveis se revelam preditores significativos ($F_{(2, 64)} = 15,20$, $p = 0.000$), sendo o valor de β encontrado negativo pelo que o estado actual da criança aumenta à medida que a influência dos antecedentes genéticos diminui. Finalmente, quando a variável influência das experiências na família adoptiva é acrescentada ao modelo, verifica-se que as três variáveis são significativamente predictoras ($F_{(3,63)} = 12, 52$; $p = 0.000$), explicando 37% da variância total.

No modelo de regressão obtido foram excluídas as variáveis idade de adopção, idade actual da criança, anos de estudo completados pelos pais, influência das experiências prévias anteriores à adopção, influência da escola e influência dos pares.

De salientar que a variável estado actual da criança foi medida tendo em consideração a perspectiva e percepção dos pais e não directamente junto da criança. O mesmo se procedeu relativamente às variáveis que poderão estar a influenciar mais ou menos o comportamento e estado actual da criança, na medida em que se trata da percepção que os pais. A análise estatística permitiu perceber que os pais participantes consideram que o estado actual da criança é resultado da evolução ocorrida após a integração da criança, da influência dos antecedentes genéticos, (que será tanto menor quanto melhor for o estado actual da criança) e da influência das experiências vividas na família adoptiva. Note-se que foram excluídas do modelo as variáveis relativas à idade em que a criança foi adoptada e à escolaridade dos pais, que remetem para factores de risco habitualmente considerados na literatura, confirmando a ideia que um factor de risco apenas pode ser entendido no contexto de uma constelação de factores. No que diz respeito aos dados obtidos neste estudo, não se confirma que a idade em que foi adoptada ou a escolaridade dos pais sejam factores determinantes do estado actual da criança. Do mesmo modo, impõe-se uma reflexão sobre a exclusão da variável relativa à influência das experiências prévias, igualmente apontada pela literatura, como factor de risco para a adaptação da criança adoptada. Tendo em conta que se trata de uma influência avaliada

através da percepção dos pais, faz sentido relacionar com o grau de completude que os pais atribuíram à informação que lhes foi disponibilizada acerca da história prévia da criança, a qual era apenas moderadamente completa. Por outro lado, os dados também apontam para uma valorização das experiências vividas na família adoptiva que, na percepção dos pais, poderão ter um efeito reparador das experiências vividas previamente á adopção.

4. Conclusões

Esta investigação permitiu obter uma série de dados que, tal como refere Fernández (2004) sobre os resultados de qualquer investigação, têm como intenção ter uma repercussão social, ou seja, pretende-se contribuir para o delinear de alterações positivas e para a implementação de práticas inovadoras que venham ao encontro das necessidades evidenciadas.

Este estudo poderia ser comparado a uma viagem, iniciada com a abordagem acerca do tempo de espera, à qual se sucedeu a vivência da notícia de adopção, a transição e a integração da criança, para se espriar na vivência actual da parentalidade e da filiação adoptiva. Assim, ao longo desta caminhada traçada junto dos pais e das crianças, conseguiu-se ficar a conhecer um pouco melhor a sua realidade e a forma como vão vivenciando as várias fases e etapas deste processo tão ímpar, obtendo algumas respostas às questões de investigação colocadas:

1. O **tempo de espera** está associado a sinais negativos, durante o qual os pais sentiram medo de não serem contactados pelo Serviço de Adopções, medos relacionados com a criança, medo de não haver adaptação mútua ou de não conseguir uma parentalidade positiva. O tempo médio de espera na presente amostra foi de três anos. Este período de espera está associado a uma avaliação negativa do processo de adopção, pois quanto mais esperam os pais, mais insatisfeitos ficam com o processo. Contudo, o tempo de espera não está relacionado com o índice de integração da criança, pelo que este longo período de espera não foi vivido como uma fase de preparação para a parentalidade adoptiva. Ora a formação para a parentalidade adoptiva tem sido referida por muitos autores (e.g. Barbero, 2008; Campos & Costa, 2004; González et al., 2001; Fernández, 2004; Fuentes et al., 2001; Limiñana & Bueno, 2001; Mascarenhas & Alarcão, 2002; Molina, 2002; Montané, 1996; Palacios & Sanchez-Sandoval, 2005; Triana & Simón, 2004; Weber, 1997) como um factor essencial ao sucesso da adopção. Os dados deste estudo invocam a necessidade de se implementar momentos de formação para os candidatos a Pais ao longo de todo o processo de adopção, mas com particular relevância nos momentos que antecedem a chegada da criança, de modo a converter o (longo) tempo de espera passiva em tempo de preparação activa e de auto-formação para a parentalidade adoptiva.

2. Quanto à **notícia de adopção**, das crianças que tinham memória desse momento, cerca de metade referiram que se sentiam prontas para receber essa notícia,

porém outras tantas não estavam. E, referiram nas entrevistas que essa notícia lhes despoletou sentimentos de medo, receio face a um novo espaço, a um novo cenário com protagonistas desconhecidos, desejando manter contacto com o contexto onde estavam inseridos até então. Também evidenciaram receio face ao contexto escolar, temiam essencialmente perder os amigos que tinham e que os novos colegas não gostassem deles. Um outro receio foi o de voltar a ser maltratado. Os sentimentos positivos foram essencialmente de alegria e felicidade por ter uma família. Estes dados evocam a necessidade de desenvolver práticas de preparação da criança para a transição à adopção, que envolvam a criança na implementação do seu projecto de vida, contribuindo assim para uma apropriação e construção de uma narrativa pessoal que integre na sua identidade a sua origem na família biológica, as diversas experiências de acolhimento vividas e a sua adaptação à família adoptiva, com o desenvolvimento de um firme sentimento de pertença a esta.

3. Aquando da notícia/**proposta da criança** para os pais, essa notícia é um momento envolto em grande felicidade porque é o momento pelo qual aguardam por vezes anos e anos. A informação cedida aos pais pelo Serviço de Adopções quanto à criança, aborda essencialmente características físicas, antecedentes e estado actual de saúde, história prévia de vida, características psicológicas e gostos e preferências bem como por último as características da família biológica da criança. O total da informação foi quantificada e avaliada pelos pais de moderadamente completa. Considerando como é fundamental para o sucesso da adopção dispor de informação completa, rigorosa, exacta e isenta de juízos de valor, para que não só os pais possam implementar comportamentos e atitudes parentais e accionar recursos que permitam uma resposta adequada às necessidades da criança que acolhem, mas também que disponham de dados que permitam uma comunicação aberta e continuada com a criança acerca do seu passado e condição de adoptada, este estudo evoca a necessidade de desenvolver práticas profissionais que assegurem esta qualidade de informação.

4. A transição e consequentes **primeiros encontros** entre os grandes protagonistas deste processo (crianças e pais) são vividos como momentos muito intensos e marcantes para ambas as partes. Enquanto para os pais este momento está envolto a sentimentos muito fortes e maioritariamente positivos “...*dias mais felizes da minha vida*”, para a criança a memória retém e valorizam essencialmente acontecimentos e actividades específicas “...*deram-me uma bola...; ...passeamos e brincamos...*”. O tempo da transição deve acontecer ao *sabor* dos participantes, no entanto é apontado como um valor médio de três/ quatro dias. Relativamente ao espaço inerente à transição, por norma as crianças quando conhecem os pais adoptivos encontram-se num contexto seu familiar, afastando-se gradualmente de acordo com os sentimentos e laços que vão criando com os “novos amigos”, pois para proteger pais e crianças, os candidatos a pais começam por ser

nomeados como “uns amigos novos”. Posteriormente, começam por sair para novos contextos como parques e almoços/lanches em conjunto e as Equipas de Adopção vão de igual forma cedendo espaço e afastando-se. A variável que no presente estudo mais influenciou o modo como se processa a transição foi a idade da criança aquando da adopção, pelo que, quanto mais crescida era a criança, mais difícil foi avaliado pelos pais este momento. Já, o sexo da criança e escolaridade dos pais em nada pareceu influenciar o tempo da transição. Os dados deste estudo realçam o significado que tem para pais e filhos estes momentos da transição pela ressonância afectiva e emocional que desencadeia, e reforça a necessidade de cada vez mais se manterem ou desenvolverem praticas profissionais que favoreçam que este processo de transição para “o viver juntos” constitua uma ocasião de aprendizagem, de conhecimento das necessidades específicas da criança, das suas características pessoais, que permita ajustar estilos de relacionamento, respeitando distâncias e espaços pessoais, mas constituindo-se em momentos de aproximação crescente, de constituição de uma família.

5. Do **primeiro ano de vivência em família**, as crianças memorizam alguns acontecimentos como o momento em que chamaram pai e mãe pela primeira vez, bem como a decoração do respectivo quarto, sendo que os elementos que mais ajudaram ao desenvolvimento de um sentimento de pertença segundo o ponto de vista das crianças, foram, pela respectiva ordem de importância: o facto de os pais verbalizarem que a amavam, que nunca o/a abandonariam, conhecer o resto da família, ter uma vida organizada em casa, participar nos planos familiares, os pais chamarem-no(a) filho, ter feito novos amigos, e por último o elemento também importante, mas com um grau inferior foi o frequentar uma nova escola. Do ponto de vista dos pais a grande maioria não sentiu dificuldades de maior nesta fase. Contudo os aproximadamente 25% que sentiram dificuldades, relacionam-nas com a ligação com a criança, os problemas de saúde desta, relações com a família alargada e por último relações com vizinhos e ou amigos. A evolução ao longo deste primeiro ano em família foi classificada de deveras positiva pelo que, para praticamente todos os pais, as crianças evoluíram muito positivamente. A questão da família biológica e o receio de que esta possa procurar ou reclamar a criança esteve presente numa percentagem relativamente considerável de pais ao longo deste primeiro ano de integração. Por parte da família alargada a reacção foi esmagadoramente positiva face à chegada da criança. Constatou-se que nem a idade da chegada, nem a idade actual, o género e ou locais de origem (instituição, família de acolhimento) têm impacto na integração da criança. Quanto à duração da integração, foram as crianças mais crescidas as que segundo os pais, demoraram um maior tempo a integrar-se completamente junto da família. Relativamente aos pais, verificou-se ainda que o nível de escolaridade não teve qualquer impacto sobre a vivência desta fase do processo de adopção.

6. **Actualmente** os pais e crianças encontram-se bastante ou completamente integrados na nova família outrora formada. Segundo a perspectiva dos pais, o estado actual da criança é bastante positivo e os factores preditores desse estado actual são a evolução que a criança fez desde que foi adoptada, a percepção que têm da influência dos antecedentes genéticos (tanto menor quanto melhor o estado actual) e a percepção que têm da influência das experiências vividas no seio da família adoptiva. Ou seja, os pais assumem estas experiências como reparadoras do desenvolvimento prévio da criança, caracterizado por descontinuidades e vivências emocionalmente adversas. De notar ainda que de entre os factores de risco considerados e reconhecidos pela literatura como a idade de adopção ou a escolaridade dos pais, nenhum se revelou com poder preditor de risco, quando considerado numa constelação de outros determinantes, reforçando a ideia que no emparelhamento entre uma criança e uns pais (casal ou singular) tendo em vista a constituição de uma adopção de sucesso, os diferentes indicadores só ganham significado em conjunto, numa constelação específica em que são tidas em conta, em simultâneo e em articulação, as características e necessidades específicas da criança disponível para ser adoptada e as características, capacidades e recursos parentais dos adultos disponíveis para a adoptar.

As famílias da amostra consideram-se em grande maioria semelhantes às famílias tradicionais, desvalorizando a especificidade da parentalidade adoptiva nesta comparação. Actualmente a apreciação que os pais fazem relativamente a como se sentem no que diz respeito à adopção dos seus filhos é de grande satisfação e felicidade. Contudo, do total das crianças entrevistadas, quatro referiram estar infelizes ou até mesmo muito infelizes, o que apela para a necessidade de ser prestada uma atenção individual a cada criança, a cada pai, a cada família adoptiva. Embora a adopção surja na literatura como a medida que melhor permite às crianças marcadas por experiências precoces de adversidade, ultrapassá-las e construir trajectórias desenvolvimentais adaptativas, os dados do presente estudo revelam que há crianças que após certo tempo de integração na família adoptiva, continuam a sentir que não fazem parte da família e a experienciar infelicidade. Urge pois fomentar a existência e a acessibilidade a Serviços de Pós-Adopção especializados na resposta às dificuldades experimentadas pelas famílias adoptivas ao longo de todo o ciclo de vida da família, facilitando a resolução de momentos de crise e promovendo o estabelecimento/fortalecimento de laços afectivos, o bem-estar e o ajustamento psicológico de todos. Os Serviços de Pós-Adopção surgem assim como um recurso indispensável para as famílias adoptivas não só com objectivo de promover práticas parentais que se adequem às necessidades específicas dos filhos adoptados que decorrem da sua história de adversidades prévias bem como aquelas que derivam do seu estatuto de adoptado, os seus sentimentos de perda, a formação de uma identidade dual e a busca das suas origens

Ao longo do presente estudo foi possível a identificação de algumas limitações que não comprometendo a validade dos seus resultados, conclusões e implicações, não deixam de constituir pistas de reflexão para futuros estudos nesta área.

Assim aponta-se, nomeadamente, o facto de não ter sido utilizada nenhuma medida directa do desenvolvimento ou ajustamento das crianças, pois esta informação foi obtida através da opinião dos pais. Dai que, em próximas investigações semelhantes seja desejável acrescentar uma medida deste tipo, de forma a avaliar essencialmente o ajustamento psicológico e sócio-emocional das crianças.

Uma outra limitação prende-se com a entrevista das crianças (ECAA), uma vez que, é dada a indicação para não se elaborarem uma série de perguntas se a criança referir não se lembrar do momento em que soube que iria ser adoptada. Conclui-se que, não ter memória deste momento não significa que não se recorde, por exemplo, do momento em que viu os seus pais pela primeira vez. Pelo que, não se deveria passar automaticamente da questão 49 para a questão 68b, porque existem para algumas crianças memórias acerca de perguntas desse espaço da entrevista, que serão de todo úteis para a investigação.

O facto de se ter utilizado uma amostra de conveniência foi uma outra limitação do estudo; Seria interessante poder realizar um estudo com esta profundidade e abrangência, sobre o processo e a vivência da adopção junto de uma amostra mais alargada e de vários locais do país, para se conhecer a realidade da adopção numa amostra representativa das famílias adoptivas portuguesas,

Finalmente, fazendo uma retrospectiva de toda a investigação e dando ouvidos aos Pais e aos Filhos, a conclusão geral que se salienta é a de que a adopção envolve um longo caminho que se iniciou muito antes da chegada da criança - quando um adulto toma a decisão e deseja vir a ser Pai e/ou Mãe de uma criança que não é geneticamente seu filho - caminho que se cruza com o de uma criança que está disponível para ser adoptada, e que se prolonga sem fim. Ao longo deste caminho vão emergindo necessidades específicas que desencadeiam expectativas, pensamentos, sentimentos e emoções diversas e que determinam comportamentos particulares, pautando e definindo as diferentes fases do processo de adopção. Ao longo deste caminho parece evidente a necessidade de uma intervenção profissional orientada para o sucesso da adopção e que os resultados deste estudo revelam como eficaz (não está a quase totalidade das famílias satisfeitas e felizes?), apontando contudo pistas para a sua qualificação, sugerindo a preparação cuidada da criança para a transição à adopção, a introdução da formação parental de modo sistemático ao longo de todo o processo e apelando à criação de Serviços de Pós-adopção. Parece de facto ainda haver muito a fazer nesta área de intervenção e quiçá, se Portugal seguir o ditado de Espanha, *“chegar tarde mas chegar correndo”* consiga rapidamente atingir modelos, formas e níveis de prática profissional semelhantes aos de outros países europeus.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, M. (2002). *(des) Equilíbrios familiares*. (2ª ed.) Coimbra: Quarteto
- Amorós, P. (1987). La adaptación familiar del niño adoptado durante el primer año de acogida. *Revista de educación especial*, 0, 55-66.
- Barbero, T. (2008). La orientación familiar y el acompañamiento en los procesos de adopción. *Tendencias Pedagógicas*, 13, 135-155.
- Barbosa-Ducharne, M. Moreira, A. Ferreira da Silva, A. Monteiro, J., & Soares, J. (2009). *EPA-Portuguesa. Entrevista sobre o Processo de Adopção*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Barbosa-Ducharne, M. Monteiro, J., Soares, J., & Nunes, S.(2009). *ECAA – Entrevista a Crianças e Adolescentes sobre Adopção*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Barth, R., Berry, M., Yoshikami, R., Goodfield, R., & Carson, M. (1988). Predicting adoption disruption. *Social Work*, May-June, 227-233.
- Bento, R. (2008). Família substituta: uma proposta de intervenção clínica na adoção tardia. *Psicologia: Teoria e Prática*, 10 (2), 202-214.
- Berástegui, A. (2005). *La adaptación familiares adopción internacional: Una muestra de adoptados mayores de tres años en la Comunidad de Madrid*. Consejo Económico y Social. Comunidad de Madrid, Madrid. Acedido em http://www.cesmadrid.es/documentos/La_Adaptacion_Familiar.pdf
- Berástegui, A. (2007). La adaptación familiar en adopción internacional: un proceso de estrés y afrontamiento. *Anuario de Psicología*, 38 (2), 209-224.
- Berástegui, A. (2008). El tiempo de la espera en la adopción internacional: vivencia de la espera y estrategias de afrontamiento. *Psicothema*, 20 (4), 551-556.
- Berry, M., Barth, R., & Needell, B. (1996). Preparation, support, and satisfaction of adoptive families in agency and independent adoptions. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 13 (2), 157-183.
- Böttger, H. (2007). Mitos, prejuicios y discriminación: la supremacía de lo biológico. *Cuadernos de Neuropsicología*, 1 (3), 174-371.
- Brodzinsky, D. (1987). Adjustment to adoption: a psychosocial perspective. *Clinical Psychological Review*, 7, 25-47.
- Brodzinsky, D. (2005). Reconceptualizing openness in adoption: Implication for theory, research and practice. In D. Brodzinsky & J. Palacios (Ed.). *Psychological issues in adoption: Research and practice*. (pp. 145-166). Westport, CT: Greenwood
- Brodzinsky, D., & Schechter, M. (1990). *The psychology of adoption*. New York: Oxford University Press.

- Brodzinsky D, Lang, R., & Smith,D. (1995). Parenting adopted children. In M.Bornstein (Ed.). *handbook of parenting. Vol 3: Status and social conditions of parenting* (pp. 209-232). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum
- Brodzinsky, D., Singer, L., & Braff, A. (1984). Children's understanding of adoption. *Child Development*, 55, 869-878.
- Brodzinsky, D., Schechter, D., Braff, A., & Singer, L. (1984). Psychological and Academic Adjustment in Adopted Children. *Consulting and Clinical Psychology*, 52 (4), 582-590.
- Brodzinsky, D., Radice, C., Huffman, L., & Merkler, K. (1987). Prevalence of clinically significant symptomatology in a nonclinical sample of adopted and nonadopted children. *Journal of Clinical Child Psychology*, 16, 350-356.
- Campos, N., & Costa, L. (2004). A Subjectividade Presente no Estudo Psicossocial da Adopção. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 17 (1), 95-104.
- CIRPNA (1999). *Derechos del niño y adopción nacional e internacional*. Geneve.
- Coakley, J., & Berrick, D.† (2007). Research review: in a rush to permanency: preventing adoption disruption. *Child and Family Social Work*, 1-12.
- D'Andrea, A. (2009). Los desafíos evolutivos de la familia adoptiva. *Psicoperspectivas*, VIII (1), 159-194.
- Dinis, J.S. (1993). *Este meu filho que eu não tive A adoção e os seus problemas..* Porto: Afrontamento
- Direcção Geral da Segurança Social (2004). *Manual de Procedimentos da Adopção*. Lisboa: Direcção Geral da Segurança Social.
- Domingo, J. O. (2004). Un análisis comparativo de las medidas alternativas de protección de menores en Andalucía y España. *Cuadernos de Trabajo Social*, 17, 63-81.
- Domingo, J. O. (2006). Familia adoptiva y cambios en la organización familiar tradicional. *Papers*, (81), 171-185.
- Domingo, J. O. (2008). Aspectos psicosociales de la adopción en Andalucía. *Papers*, (87), 207-234.
- Fernández, M. (2004). Los Estudios Españoles Sobre Adopción y Acogimiento Familiar 1974-2004. *Boletín de Psicología*, (81-), 7-31.
- Fernández, M., & Fuentes, J. (2001). Variables infantiles de riesgo en el proceso de adaptación de niños/as de adopciones especiales. *Infancia y Aprendizaje*, 24 (3), 341-359.
- Ferreira, S. A., Pires, A., & Salvaterra, F. (2004). Filho do coração...Adopção e comportamento parental. *Análise Psicológica*, 2 (XXII), 399-411.
- Ferreira da Silva, A. (2009). *As dimensões de expressão emocional, comunicação e disciplina na Parentalidade Adoptiva: Um estudo exploratório*. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia não publicada. Porto: FPCEUP.

- Fries, A. B. W., & Pollack, S. D. (2004). Emotion understanding in postinstitutionalized Eastern European children. *Development and Psychopathology*, 16, 355-369.
- Fuentes, M. J., Gonzáles, A. M., Linero, M. J., Barajas, C., De La Morena, L., Quintana, I., Goicoechea, A., & Fernández, M. (2001). Variables familiares que dificultan el acogimiento preadoptivo. Seguimiento y orientación familiar. *Infancia y Aprendizaje*, 24 (2), 147-163.
- Gombau, E., Serra, C., Bargadá, M., Gastaminza, X., & Tomás, J. (2007). Adopción. *Psiquiatria – Paidopsiquiatria*. Acedido em <http://www.centrelondres94.com/documento/adopcion#attachments>
- Gonzáles, A., Fuentes, M., Linero, M., Barajas, C., Morena, M., Quintana, I., Goicoechea, M., & Fernández, M. (2001). Análisis de los conflictos durante el periodo de acogimiento preadoptivo. Orientaciones psicoeducativas. *Infancia y Aprendizaje*, 93, 81-93.
- Grotevant, H. (2008, 19 e 20 Novembro). *O Desenvolvimento da criança e a adoção*. I Congresso Internacional de Adoção, Lisboa.
- Grotevant, H., Ross, N., Marchel., M., & McRoy, R. (1999). Adaptive behavior in adopted children: predictors from early risk, collaboration in relationships within the adoptive kinship network, and openness arrangements. *Journal of Adolescent Research*, 14 (2), 231-247.
- Hurtado, L. (2006). La adopción a edad temprana: una necesidad. *Adopción Familiar*, Fundación San José.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2008) *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Lisboa
- Juffer, F., & IJzendoorn, M. (2007). Adoptees do not lack self-esteem: a meta-analysis of studies on self-esteem of transracial, international, and domestic adoptees. *Psychological Bulletin*, 133 (6), 1067-1083.
- Krusiewicz, E., & Wood, J. (2001). He was our child from the moment we walked in that room: entrance stories of adoptive parents. *Journal of Social and Personal Relationships*. 18 (6), 785-803.
- Leon, I. (2002). Adoption losses: Naturally occurring or socially constructed? *Child Development*, 73, 652-663.
- Levy-Shiff, R. (2001). Psychological adjustment of adoptees in adulthood: Family environment and adoption-related correlates. *International Journal of Behavioral Development*, 25 (2), 97-104.
- Levy-Shiff, R., Goldshmidt, I., & Har-Even, D. (1991). Transition to Parenthood in Adoptive Families. *Developmental Psychology*, 27 (1), 131-140.
- Limiñana, A. R., & Bueno, A. B. (2001). La formación y preparación de las familias solicitantes de adopción. *Intervencion Psicosocial*, 10 (2), 119-129.

- Manata, S. (2008) *O Impacto da Institucionalização no Comportamento e Desenvolvimento das Crianças Integradas em Famílias Adoptivas há Menos de um Ano*. Tese de Mestrado Integrado em Psicologia, não publicada. Porto: FPCEUP.
- Mascarenhas, M. C., & Alarcão, M. (2002). Famílias adoptivas e processo de adopção. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords). *Violência e Vítimas de Crimes. Vol. 2 - Crianças* (pp. 245-289). Coimbra: Quarteto.
- McDonald, T., Propp, J., & Murphy, K. (2001). The postadoption experience: child, parent, and family predictors of family adjustment to adoption. *Child Welfare*, LXXX (1), 71-81
- Molina, M. F. (2002). Descripción del proceso de adaptación infantil en adopciones especiales. Dificultades y cambios observados por los padres adoptivos. *Anales de psicología*, 18 (1), 151-168.
- Montané, M. J. (1996). La evolución de la adopción internacional en España. *Anuario de Psicología*, (71), 23-35.
- Moreira, A. (2009). *Infertilidade e adopção. Estudo exploratório com pais adoptivos*. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia, não publicada. Porto: FPCEUP.
- Muñoz, I., Rebollo, M., & Fernández-Molina, M. (2005). Percepción del grado de conflicto en familias adoptivas y no adoptivas. *Psicothema*, 17 (3), 370-374.
- Muñoz, I., Rebollo, M., Fernández-Molina, M., & Morán, R. (2007). Percepción de las estrategias de socialización parentales en familias adoptivas y no adoptivas. *Psicothema*, 19 (4), 597-602.
- O'Brien, K. M., & Zamostny, K. P. (2003). Understanding Adoptive Families: An Integrative Review of Empirical Research and Future Directions for Counseling Psychology. *The Counseling Psychologist*, 31 (6), 679-710.
- Palacios, J. (1998). Familias adoptivas. In Rodrigo, M. & Palacios, J. (Coords). *Familia y desarrollo humano* (pp. 353-371). Psicología y educación, Alianza editorial.
- Palacios, J. (2007a). Después de la adopción: necesidades y niveles de apoyo. *Anuario de Psicología*, 38 (2), 181-198.
- Palacios, J. (2007b). *Manual para intervenciones profesionales en adopción internacional. Valoración de idoneidad, Asignación de menores a familias, Seguimiento postadoptivo*. Ministerio de Educación, Política Social y Deporte.
- Palacios, J. (2008, 19 e 20 Novembro). *Intervenção em famílias adoptivas*. I Congresso Internacional de Adopção, Lisboa.
- Palacios, J. (2009). La adopción como intervención y la intervención en adopción. *Papeles del Psicólogo*, (30) I, 53-62.
- Palacios, J., & Brodzinsky, D. (2005). Recent changes and future directions for adoption research. In D. Brodzinsky & J. Palacios (Ed.). *Psychological issues in adoption: Research and practice*. (pp. 257-268). Westport, CT: Greenwood.

- Palacios, J., Sánchez, Y. (1996). Niños adoptados y no adoptados: un estudio comparativo. *Anuario de Psicología*, 71, 63-85.
- Palacios, J., & Sanchez-Sandoval, Y. (2005). Beyond adopted and non-adopted comparisons. In D. Brodzinsky & J. Palacios (Ed.). *Psychological issues in adoption: Research and practice*. (pp. 117-144). Westport, CT: Greenwood.
- Palacios, J. Sanchez-Espinoza, E., & Sanchez-Sandoval, Y. (1995) *EPA – Entrevista sobre el Proceso de Adopción*. Psicología Evolutiva y de la Educación. Universidade de Sevilla.
- Palacios, J., Sánchez-Sandoval, Y., & Espinosa, E. M. S. (1996). *La Adopción en Andalucía*. Sevilla: Junta de Andalucía.
- Palacios, J., León, E., Sánchez-Sandoval, Y., Amorós, P., Fuentes, N., & Fuertes, J. (2006). *Programa de formación para la adopción nacional*. Sevilla: Dirección General de Infancia y Familias.
- Parrondo-Creste, L. (2007). (Cord.) *Adoptar, integrar y educar. Una guía de orientación para educadoras y familias*. Consejería de familia y asuntos sociales. Comunidad de Madrid.
- Potes, A. C. A., Bandola, C. A. T., Real, F. M. F., & Ferreira, L. P. (2006). *Tempo da Adopção vs Tempo Útil da Criança: Complexidade e questões do processo*. Trabalho Final de Curso de Investigação em Serviço Social, Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, Lisboa.
- Prater, G., & King, L. (1988). Experiences of black families as adoptive parents. *Social Work*, 33, 543-545.
- Rosas Mundaca, M., Gallardo Rayo, I., & Díaz Angulo, P. (2000) Factores que influyen en el apego y la adaptación de los niños adoptados *Revista de Psicología* [en línea] , IX , Universidad do Chile. Santiago do Chile. Acedido em <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=26409110>>
ISSN 0716-8039
- Rosenthal, J. A. (1993). Outcomes of adoption of children with special needs. *The Future of Children*, 3, 77-88.
- Rutter, M. (2005). Adverse preadoption experiences and psychological outcomes. In D. M. Brodzinsky & J. Palacios (Eds.). *Psychological issues in adoption: Research and Practice* (pp. 67-92). Westport, CT: Greenwood.
- Sá, E., & Cunha, M. J. (1996). *Abandono e Adopção. O nascimento da família*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Salvaterra, F., & Veríssimo, M. (2008). A adopção: O Direito e os afectos. Caracterização das famílias adoptivas do Distrito de Lisboa. *Análise Psicológica*, 3 (XXVI), 501-517.

- Sandelowski, M., Harris, B., & Holditch-Davis, D. (2007). Somewhere out there. Parental Claiming in the preadoption waiting period. *Journal of contemporary ethnography*, 24 (4), 464-486.
- Singer, L., Brodzinsky, D., Ramsay, D., Steir, M., & Waters, E. (1985). Mother-infant attachment in adoptive families. *Child Development*, 56, 1543-1551
- Singer, L., Brodzinsky, D., & Braff, A. (1982). Children's beliefs about adoption: a development study. *Journal of applied development psychology*, 3, 285-294.
- Simmel, C. (2007). Risk and Protective Factors Contributing to the Longitudinal Psychosocial Well-Being of Adopted Foster Children. *Journal of Emotional and Behavioral Disorders*, 15 (4), 237-249.
- Soler, O. (2007). La necesidad del apoyo post-adoptivo. Acedido em www.volmae.com
- Stolley, K. (1993). Statistics on Adoption in the United States. The Future of Children *Adoption*, 3 (1), 26-42.
- Triana, B., & Simón, M. (2004). Familias adoptivas: un programa de apoyo para los solicitantes de adopción. *Infancia y Aprendizaje*, 27 (4), 457-464.
- Waggenspack, B. M. (1998). The symbolic crises of adoption: Popular media's agenda setting. *Adoption Quarterly*, 1, 57-82.
- Weber, L. N. D. (1997). Critérios de Seleção de Pais Adoptivos: Em Discussão. *Interação, Curitiba*, 1, 123-137.
- Wegar, K. (1995). Adoption and mental health: A theoretical critique of the psychopathological model. *American Journal of Orthopsychiatry*, 65, 540-548.